



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Escola Superior de Gestão de Tomar

Ana Catarina Oliveira da Silva

“A aplicação do SNC nas Microentidades”

Relatório de Estágio

Orientador

Drº Luís Francisco – Instituto Politécnico de Tomar

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau
de mestre em Auditoria e Análise Financeira

“A prática deve ser sempre edificada sobre uma boa teoria e, sem esta, nada se faz bem, qualquer que seja a profissão.” (Leonardo da Vinci)

Resumo

O presente relatório pretende expor os conhecimentos adquiridos no âmbito do estágio curricular na “Soluções Contábeis, Lda.”, integrado no plano de estudos do Mestrado em Auditoria e Análise Financeira. O referido estágio decorreu na área da contabilidade geral de Abril a Setembro e contabilizou um total de 810 horas.

Além de se dar a conhecer o local de estágio e as funções desempenhadas durante os cinco meses em que o mesmo decorreu, apresenta-se um trabalho de investigação desenvolvido posteriormente ao período de estágio e um trabalho de pesquisa relativo ao normativo contabilístico para as microentidades.

Elaborou-se um questionário para tentar perceber o grau de adesão das microentidades ao normativo contabilístico especialmente para elas previsto e qual o nível de satisfação dos utilizadores face a este normativo. Com o estudo realizado concluiu-se que mais de três quartos das microentidades do Distrito de Santarém utiliza o respetivo normativo contabilístico e que há um grau de satisfação com este em cerca de 90%.

Também no presente trabalho é feita uma análise crítica, onde se indica e clarifica os conhecimentos adquiridos durante o estágio.

Abstract

The present report aims to expose the knowledge acquired in the internship at "Accounting Solutions, Lda." integrated into the curriculum of the Master in Audit and Financial Analysis. Such internship took place in the area of general accounting, from April to September counting a total of 810 hours.

Besides making known internship place and functions performed during these five months, a research work is provided, developed after the probationary period and a research concerning accounting standards for micro entities.

A survey was elaborated to try to understand the degree of adhesion of the micro-entities to the accounting norm especially for them predicted and the level of satisfaction of the users using this norm. The study concluded that more than three-quarters of the micro-entities of the Santarém's district use the proper accounting norm and that there is a degree of satisfaction with it in about 90%.

Also in the present work a critical analysis is made, which indicates and clarifies the knowledge acquired during the internship.

Agradecimentos

Quero agradecer, em primeiro lugar, aos meus pais, pelo apoio incansável, ao longo do meu percurso académico e que me deram força e oportunidade para que concluísse esta etapa.

Ao professor Doutor Luís Francisco, meu orientador, pelos conselhos e apoio oferecido sempre que precisei, mesmo com o seu tempo limitado, sempre me ajudou a crescer.

Um obrigado especial á minha irmã, pela insistência e pela ajuda na elaboração deste trabalho, que foi imprescindível.

Ainda um obrigado especial ao meu namorado, pela força, insistência, ajuda e motivação que fez com que este trabalho se concluísse.

E por último, não com menor importância, quero agradecer a toda a equipa da “Soluções Contábeis, Lda.”, equipa com quem trabalhei durante estes cinco meses, pela forma como me receberam, como me trataram durante o período de estágio e o que me ensinaram durante este tempo de estágio.

Obrigado.

Índice

1.A apresentação do local de Estágio	17
1.1 Breve Historial	17
1.2 Estrutura funcional	19
1.3 Sistema Informático	20
2. A Contabilidade e as tarefas desenvolvidas no estágio	22
2.1 Organização da Contabilidade.....	22
2.1.1 Classificação	24
2.1.2.Lançamento	26
2.1.3 O arquivo	29
2.2. A Soluções Contábeis, Lda. na prática	30
2.2.1 Introdução	30
2.2.2 - Exemplos de lançamentos efetuados	30
2.2.3 O Processamento de Salários	34
2.3 Avaliação global do período de estágio	37
3. A origem do Sistema de Normalização Contabilística	38
3.1 O atual Sistema de Normalização Contabilística	40
3.2 As Microentidades.....	44
3.2.1 Aspetos Contabilísticos.....	46
3.2.2 Demonstrações financeiras.....	48
3.2.3 Código de contas	49
3.2.4 Norma Contabilística para as Microentidades após a aprovação do DL n.º98/2015, de 2 de Junho	49
3.2.5 Aspetos Fiscais.....	50
4. Metodologia de Investigação.....	52

5. Trabalho de Campo	54
5.1 Introdução	54
5.2 Dados e respetivo tratamento	55
5.3. Análise e Discussão dos Resultados	58
6. Conclusão	63
6.1 Considerações finais.....	63
6.2 Limitações do estudo e pistas de investigação futura	65
Bibliografia	66
Anexos	70

Índice de Figuras

Figura 1 Localização geográfica do local de estágio. Fonte: Elaboração própria.....	18
Figura 2 Organograma da “Soluções Contábeis”	19
Figura 3 Modelos contabilísticos.....	40
Figura 4 Limites para as categorias de entidades	43
Figura 5 Limites de categorias das microentidades	45

Índice de Tabelas

Tabela 1 Lançamentos contabilísticos relativos a vendas no programa PMR.	28
Tabela 2 Recebimento de clientes	30
Tabela 3 Despesas correntes	31
Tabela 4 Operações Isentas	31
Tabela 5 Tratamento das despesas com veículos ligeiros de mercadorias.....	32
Tabela 6 Tratamento das despesas com veículos ligeiros de passageiros.....	32
Tabela 7 Despesas de representação	33
Tabela 8 Faturação	33
Tabela 9 Transações com Fornecedores.....	34
Tabela 10 Tratamento das Notas de Crédito: 2 situações mais comuns	34
Tabela 11 Processamento de Salários	35
Tabela 12 Processamento das Remunerações	35
Tabela 13 Pagamento de salários	36
Tabela 14 Habilitações académicas.....	55
Tabela 15 Local onde exerce funções	56
Tabela 16 Tempo de exercício de funções	56
Tabela 17 Município de atividade	57
Tabela 18 Norma Contabilística utilizada.....	58
Tabela 19 Utilidade da norma	59
Tabela 20 Nível de satisfação dos utilizadores face ao NC-ME	60
Tabela 21 Nível de Preparação do NC-ME.....	60
Tabela 22 Nível de satisfação face às mudanças ao NC-ME.....	61
Tabela 23 Número de microentidades que trata.....	62

Abreviaturas

CE – COMUNIDADE EUROPEIA

CIRC – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

CIRS – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

CIVA – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

ESNL - ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO

IAS – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS

IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD

IES- INFORMAÇÃO EMPRESARIAL SIMPLIFICADA

IFRIC – INTERPRETATIONS ORIGINATED FROM THE INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATIONS COMMITTEE

IFRS – INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS

IRC – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

IVA – IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

NC-ME – NORMA CONTABILÍSTICA PARA MICROENTIDADES

NCRF – NORMA CONTABILÍSTICA DE RELATO FINANCEIRO

NCRF-PE – NORMA CONTABILÍSTICA DE RELATO FINANCEIRO - PEQUENAS ENTIDADES

POC – PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE

SIC – STANDING INTERPRETATIONS COMMITTEE

SNC – SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

UE – UNIÃO EUROPEIA

1.A apresentação do local de Estágio

1.1 Breve Historial

A “Soluções Contábeis”, empresa onde decorreu o estágio curricular para conclusão do mestrado em Auditoria e Análise Financeira, é uma sociedade por quotas que iniciou a sua atividade em 11-01-2010 sob o código de atividade económica (CAE) 69200, e o N.I.P.C 509284868. O seu capital social é de 20.000€ distribuído por cinco sócios.

Sediada na Rua da Carrasqueira, n.º29, r/chão em Tomar (Figura 1) a sua principal atividade é a prestação de serviços de contabilidade; em conexão presta serviços de fiscalidade em sede de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e Imposto Sobre o Valor Acrescentado; trata também da elaboração de demonstrações em cada trimestre, simulando o final do exercício económico, em termos de resultados e imposto a pagar e/ou receber; trata ainda do processamento de remunerações.

Atualmente a “Soluções Contábeis” presta serviços a cerca de 120 clientes, sendo quase tudo microempresas, mas tendo algumas pequenas empresas. Os clientes estão sediados nas zonas circundantes de Tomar e abrangem várias áreas de atividade, nomeadamente: agricultura, indústria, construção, comércio, reparação de veículos, restauração, imobiliária, além de mais algumas atividades e serviços.

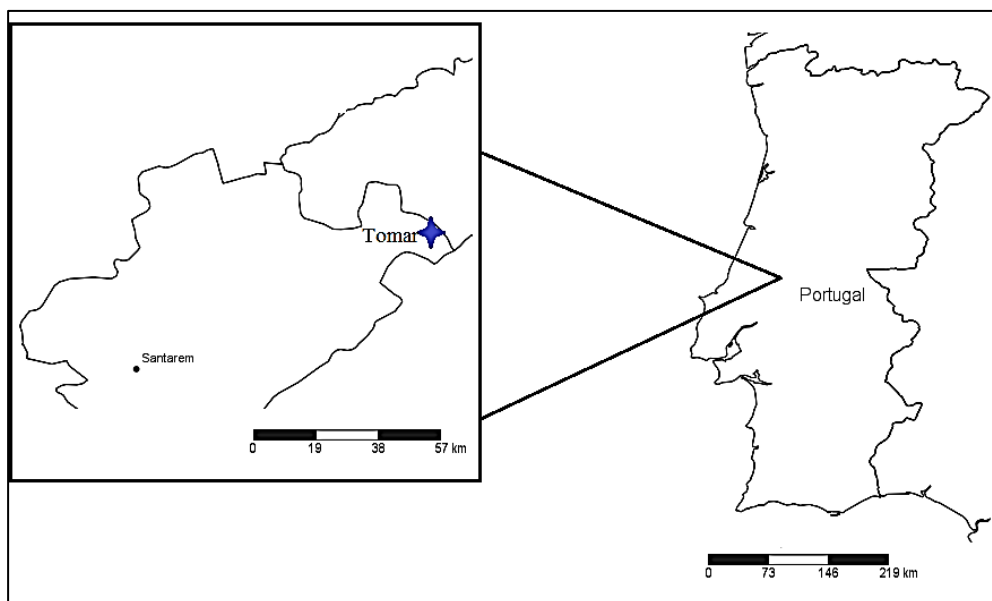


Figura 1 Localização geográfica do local de estágio. Fonte: Elaboração própria.

1.2 Estrutura funcional

A “Soluções Contábeis” é classificada como uma microempresa, é constituída por cinco sócios, que simultaneamente são profissionais da empresa e por uma única funcionária, sendo eles: Ana Paula Henriques, Inês Caetano, Maria Helena Fernandes, Maria Fernanda Silva, Teotónio Rodrigues e Andreia Fernandes. Os cinco sócios exercem atividade de prestação de serviço de contabilidade e a funcionária exerce funções administrativas, conforme o organograma da Figura 2.

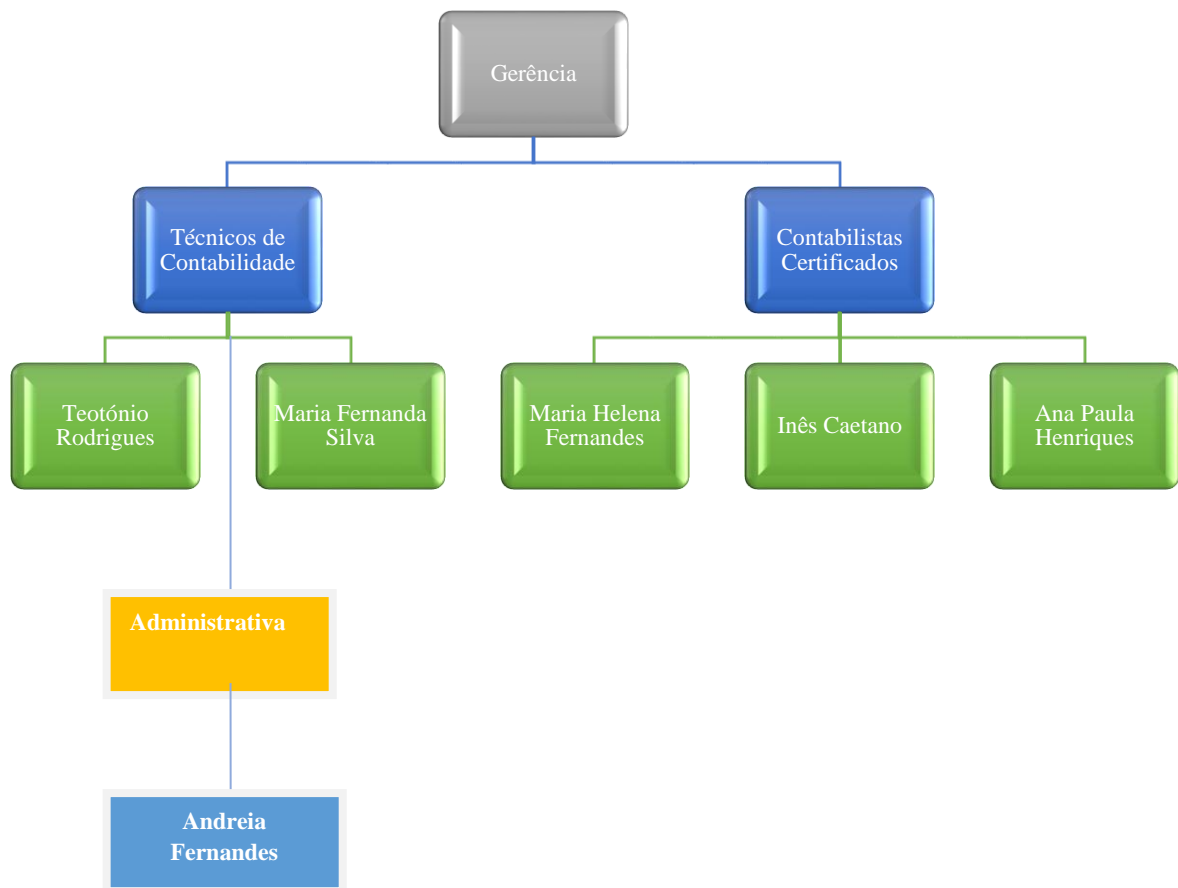


Figura 2 Organograma da “Soluções Contábeis”

Todas as tarefas são desenvolvidas dentro da empresa, no escritório em Tomar, visto que a “Soluções Contábeis” não possui outros departamentos ou filiais noutras regiões.

1.3 Sistema Informático

O software de contabilidade e gestão utilizado pela “Soluções Contábeis” é o denominado PMR, tendo a empresa seis computadores ligados em rede entre si, o que facilita o acesso á informação a partir de qualquer computador.

O PMR permite, de uma forma completa, o controlo total das necessidades contabilísticas nas vertentes geral, analítica e orçamental. Das funcionalidades deste software podemos destacar:

- + Lançamento/consulta de documentos contabilísticos;
- + Trabalho com vários centros analíticos;
- + Observação de extratos/saldo de conta (s) e controlo de conferências;
- + Apuramento do IVA, onde é possível fazer a simulação do IVA, o respetivo apuramento bem como gerar a declaração periódica ou anual e sendo o caso pedidos de reembolso, prepara os anexos M, N e L.
- + Apuramento/simulação dos vários tipos de resultados;
- + Apuramento do Custo das Existências Vendidas e Matérias Consumidas;
- + Existência de várias análises predefinidas, sendo fácil a consulta a, por exemplo, Balancetes, Extratos de Conta, Análise de Diários e Mapas de Gestão, onde é possível encontrar todos os mapas legais necessários;
- + Análises comparativas em valores e percentagens com os dois exercícios anteriores, em gastos e proveitos;
- + Criação de mapas de imputação;
- + Elaboração de mapas de exploração de centro de custos;
- + Produção de balancetes de Razão/ Sintéticos/ Analíticos/ Terceiros/ por Centros de Custo;
- + Elaboração de mapas selados;
- + Elaboração de mapas de fluxos de caixa, Declaração Anual – IES, Anexos (ao Balanço e Demonstrações Resultados), Declarações de Pagamento (IRS / IRC / IS).

Assim, podemos concluir que o PMR é um software que permite integrar toda a informação da empresa, de uma forma fácil e rápida, tendo sido criado a pensar nas pequenas empresas e possibilitando a adaptação a diferentes realidades de negócios.

Além do PMR, a Soluções Contábeis utiliza outro software, o Sage, para efeito de faturação.

Para redigir circulares, cartas entre outros documentos, utilizam-se várias ferramentas disponibilizadas pelo Microsoft Office: O Word e o Excel, por exemplo.

Uma ferramenta muito usada é o acesso à Internet, nomeadamente para o envio das declarações eletrónicas exigidas pela Autoridade Tributária.

A estagiária tratou com a generalidade destes softwares e das respetivas potencialidades.

2. A Contabilidade e as tarefas desenvolvidas no estágio

2.1 Organização da Contabilidade

A contabilidade é o processo que regista, interpreta e estuda os fenómenos que afetam o património de uma entidade. É também vista como o processo de identificar, medir e comunicar informação económica para os decisores.

Para ter utilidade, esta tem de se assumir como um instrumento de gestão indispensável para qualquer organização.

No entanto, a base do processo contabilístico são os documentos, que devem ser registados e classificados em suportes próprios, repercutindo-se em contas, de acordo com os planos de contas normalizados e a partir das últimas, elabora-se um conjunto de relatórios com o intuito de prestar informação aos diversos stakeholders (Severo, 2009).

Na Soluções Contábeis cada funcionário tem a responsabilidade de um determinado número de clientes, estes são distribuídos uniformemente entre eles, permitindo-se assim que cada um tenha um maior conhecimento dos respetivos clientes, das atividades realizadas, das práticas, dos métodos de organização e de administração. No entanto, cada funcionário tem conhecimento mínimo acerca de todas as empresa, permitindo-se sempre resolver situações pontuais mesmo sem a atuação do colega a quem a empresa está atribuída.

Na Soluções Contábeis, o processo contabilístico tem início na chegada dos documentos à empresa. Quando os documentos chegam à empresa, a organização dos mesmos obedece a um conjunto de requisitos como a data, o modo de pagamento e o tipo de documentação (compras, vendas, despesas, etc.) que serão divididos por diários:

- ✚ Diário 10 – Caixa mapa recapitulativos
- ✚ Diário 11 – Outros Movimentos de Caixa
- ✚ Diário 12 – Vendas por caixa
- ✚ Diário 20 – Operações diversas mapa recapitulativos
- ✚ Diário 21 – Operações Diversas outros
- ✚ Diário 30 – Compras a crédito mapa recapitulativos
- ✚ Diário 31 – Compras a Crédito outros
- ✚ Diário 40 – Vendas a Crédito mapa recapitulativos

✚ Diário 41 – Vendas a Crédito Outros

✚ Diário 50 – Gestão do pessoal

✚ Diário 60 – Apuramento do IVA

Depois dos documentos estarem devidamente organizados segue-se então para a classificação, não esquecendo que se deve verificar se estes preenchem os requisitos necessários para serem considerados legalmente válidos, ou seja, segundo o n.º5 do art.º 36º do CIVA, as faturas ou documentos equivalentes devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter os seguintes elementos:

- a) ‘Os nomes: firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente, bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos do imposto;
- b) A quantidade e denominação usual dos bens transitados ou dos serviços prestados (...);
- c) O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;
- d) As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido;
- e) O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso;
- f) A data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efetuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a data da emissão da fatura.’

2.1.1 Classificação

Confirmada a legalidade dos documentos, procede-se então à classificação. Todos os documentos são carimbados com um carimbo vermelho, onde se coloca a conta e o respetivo valor. Além disso, são carimbados no canto superior direito, com uma numeração correspondente ao programa PMR. Por exemplo, se fosse relativo ao mês de novembro, a numeração era 11001, onde o 11 correspondia ao mês, e o 001 era relativo ao primeiro documento.

Durante a classificação dos documentos, a consulta ao CIVA era regular.

Verificou-se que existem despesas comuns entre todas as empresas, entre as quais se destacam as despesas de automóveis, de combustíveis e de refeição.

Enuncia o artigo 21º do CIVA - exclusões do direito à dedução, as quais se destacam as despesas anteriormente referidas.

Diz-nos o n.º 1, alínea a) que não confere direito à dedução de IVA, despesas relativas à aquisição, fabrico ou importação, à locação, à utilização, à transformação e reparação de viaturas de turismo, de barcos de recreio, helicópteros, aviões, motos e motocicletas. ”Considera-se viatura de turismo qualquer veículo automóvel, com inclusão do reboque, que, pelo seu tipo de construção e equipamento, não seja destinado unicamente ao transporte de mercadorias ou a uma utilização com carácter agrícola, comercial ou industrial, ou que, sendo misto ou transporte de passageiros, não tenha mais de nove lugares, com inclusão do condutor”.

Diz-nos a alínea b) que não confere direito à dedução ‘despesas respeitantes a combustíveis normalmente utilizáveis em viaturas automóveis, com exceção das aquisições de gasóleo, de gases de petróleo liquefeitos (GPL), gás natural e biocombustíveis, cujo imposto é dedutível na proporção de 50%, a menos que se trate dos bens a seguir indicados, caso em que o imposto relativo ao consumo de gasóleo, GPL, gás natural e biocombustíveis é totalmente dedutível (100%):

- I. Veículos pesados de passageiros;
- II. Veículos licenciados para transportes públicos, excetuando-se os rent-a-car;
- III. Máquinas consumidoras de gasóleo, GPL, gás natural ou biocombustíveis, bem como as máquinas que possuam matriculam atribuída pelas autoridades

competentes, desde que, em qualquer dos casos, não sejam veículos matriculados;

IV. Tratores com emprego exclusivo ou predominante na realização de operações culturais inerentes à atividade agrícola;

V. Veículos de transporte de mercadorias com peso superior a 3500 Kg’;

Por fim, a alínea d) diz-nos que se excluem do direito a dedução, ‘despesas respeitantes a alojamento, alimentação, bebidas e tabacos e despesas de receção, incluindo as relativas ao acolhimento de pessoas estranhas à empresa e das despesas relativas a imóveis ou parte de imóveis e seu equipamento, destinados principalmente a tais receções.’

Concluída a classificação dos documentos, é feito o lançamento dos documentos no PMR.

No decorrer do estágio curricular a estagiária ficou encarregue de na chegada dos documentos, organizá-los, classificá-los e lançá-los no programa PMR, inicialmente com a ajuda da administrativa Andreia Fernandes.

Entre os clientes da empresa existem clientes em regime de contabilidade organizada e em regime de contabilidade simplificada.

O regime de contabilidade simplificada caracteriza-se pela:

- ✓ Ausência de contabilidade organizada;
- ✓ Dispensa de Contabilista Certificado;
- ✓ Dispensa de conta bancária afeta o negócio;
- ✓ Entrega de todos os documentos trimestralmente.

Por outro lado, no regime de contabilidade organizada:

- ✓ É obrigatório ter um Contabilista Certificado;
- ✓ Os custos importam para apurar o rendimento a tributar;
- ✓ Tem que haver uma conta afeta ao negócio;
- ✓ Entrega de documentos mensalmente.

É importante mencionar que só ficam dispensados de ter contabilidade organizada (podem ter contabilidade simplificada) os sujeitos passivos que no exercício da sua atividade

, tenham rendimento anual líquido inferior ou igual a 200.000€. No entanto, o regime simplificado cessa quando, durante dois anos consecutivos, o valor dos rendimentos brutos ultrapassa os 200.000€ ou, num ano, ultrapassa os 250.000€, sendo assim obrigados a optar pelo regime de contabilidade organizada.

Independentemente do regime em que estão inseridos, os documentos entregues na contabilidade são:

- ✓ Faturas, recibos e vendas a dinheiro emitidas pelas empresas;
- ✓ Faturas, recibos e vendas a dinheiro de fornecedores e outros credores;
- ✓ Notas de crédito emitidas pelas empresas e pelos fornecedores;
- ✓ Depósitos bancários;
- ✓ Extratos e documentos de despesas bancárias;
- ✓ Recibos de vencimento de salários;
- ✓ Despesas diversas

De notar que nem sempre os documentos eram entregues “a tempo e horas”, o que dificultava o trabalho a efetuar pelos profissionais.

Quando estes chegavam, a tarefa da estagiária, com o auxílio da Andreia Fernandes, era de verificar se tinham sido entregues todos os documentos necessários para se avançar para a fase de arquivo. Caso fosse detetado a falta de algum documento, este era solicitado com a maior brevidade possível, de forma a dar-se continuidade ao processo.

2.1.2.Lançamento

O lançamento dos documentos no PMR é o passo seguinte deste processo.

Concluída a classificação, é feito o lançamento de todos os documentos no programa de contabilidade, o PMR.

Os lançamentos realizados pela estagiária foram principalmente os relativos a vendas, os restantes tipos de lançamentos, menos comuns, tiveram a supervisão dos respetivos contabilistas responsáveis.

Relativamente às vendas, as faturas têm sempre de ser comunicadas no portal da Autoridade Tributária na plataforma “e-fatura”. Ao aceder são inseridos os dados do cliente,

o número fiscal e respetiva password. Todas as faturas têm uma numeração sequencial, são ordenadas de forma crescente, ou seja, do menor número para o maior, fazendo-se um somatório do valor total das faturas e do valor do IVA separadamente.

Ao comunicar as faturas é sempre verificado o número da última fatura, ou seja, se no mês anterior o último número da fatura for por exemplo 299, a primeira fatura do mês seguinte a comunicar tem de ser a número 300. Para visualizar essa informação, dentro do “e-fatura” acede-se a “informação global”, coloca-se o mês anterior e é fornecido o número da última fatura. Feita essa verificação, e se tudo estiver em concordância, procede-se à comunicação das faturas do respetivo mês. Coloca-se o mês a que diz respeito as faturas, insere-se o valor total das faturas sem IVA, o valor de IVA caso não seja isento, o número da primeira fatura e da última e de seguida submete-se. Caso existam empresas isentas de IVA, ao comunicar as faturas no valor do IVA coloca-se 0,00€ e automaticamente é pedido para inserir o motivo da isenção. O restante processo é igual.

Ao submeter, imprime-se a prova de comunicação de faturas no portal.

Nem todas as faturas têm o número de contribuinte do adquirente do serviço, mas as que têm são inseridas uma a uma no programa, ou seja, no “e-fatura” seleciona-se “recolher fatura”, coloca-se o número fiscal do adquirente do serviço, o valor e respetivo IVA caso exista, e depois submete-se.

Mesmo que existam mais faturas com o mesmo número fiscal, estas são enviadas separadamente. Por vezes existem situações em que as faturas não estão corretas, neste caso é alterado o valor base e o total sem nunca mexer no valor do IVA.

Feita a comunicação das faturas no portal, segue-se então o lançamento das vendas no programa PMR.

Ao entrar no programa, é selecionado a opção “documentos”, depois novamente “documentos”, insere-se o mês em questão, seleciona-se o “diário de caixa” e coloca-se o número do documento correspondente ao programa PMR, referido acima quando se descrevia a fase de “classificação”. Depois disso passa-se então ao lançamento contabilístico no programa. A Tabela 1 exemplifica quatro faturas, de empresas distintas que prestam serviços para mostrar como é feito o lançamento contabilístico.

Exemplo:

Fatura nº300; valor total: 1000,00€; IVA (23%): 230,00€

Fatura nº301; valor total: 1500,00€; IVA (13%): 195,00€

Fatura nº302; valor total: 500,00€; IVA (6%): 30,00€

Fatura nº303; valor total: 750,00€; IVA (0%):0,00€

FT 300	111	1230,00€		
			721	1000,00€
			243	230,00€
FT301	111	1695,00€		
			721	1500,00€
			243	195,00€
FT302	111	530,00€		
			721	500,00€
			243	30,00€
FT303	111	750,00€		
			721	750,00€

Tabela 1 Lançamentos contabilísticos relativos a vendas no programa PMR.

Fonte: Elaboração própria

Concluído o lançamento das faturas no programa PMR, é necessário verificar se o valor total das faturas corresponde ao valor total comunicado no e-fatura, caso o valor não dê igual temos de identificar qual o valor ou valores errados e corrigir. De forma a verificar o valor total das faturas inseridas no programa, é necessário ir a “ficheiro”, de seguida a “valores de plano”, onde é fornecido o valor total de todos os meses inseridos no programa.

A organização de documentos é a fase inicial no processo contabilístico da “Soluções Contábeis, Lda.”, esta é essencial para o decorrer do mesmo. Sem uma boa organização documental torna-se difícil a prossecução do mesmo.

A estagiária realizou e acompanhou outras tarefas de carácter mais pontual, das quais se destaca o tratamento e preenchimento de declarações de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) de diversas categorias, nomeadamente das categorias A e B.

2.1.3 O arquivo

Depois da retificação de todos os documentos passa-se à fase de arquivo. O processo de arquivo dos documentos na “Soluções Contábeis, Lda.” é essencial para a prossecução de todo o restante processo contabilístico.

Este consiste na organização em pastas próprias dos documentos de cada mês ou trimestre por ordem crescente de numeração. As pastas estão divididas por diários, sendo que o resumo dos lançamentos, o apuramento de IVA e os balancetes são colocados no cimo da pasta correspondente a cada mês. A informação relativa a assuntos da Segurança Social e outros de carácter relevante, estão concentradas num arquivo denominado de “Documentos Oficiais”. As declarações fiscais de fim de exercício, os documentos do fim do ano e as correções realizadas encontram-se numa pasta com a designação de “Dossier Fiscal”. As Declarações de IVA periodicamente apuradas e entregues encontram-se em pastas próprias por empresas, separadas tendo em atenção o período de apuramento do IVA, mensal ou trimestral. Toda a informação e documentos de suporte devem ser conservados durante os 10 anos civis subsequentes como refere o artigo 52º do CIVA.

2.2. A Soluções Contábeis, Lda. na prática

2.2.1 Introdução

Neste parte do relatório explica-se com mais algum pormenor alguns dos lançamentos e operações contabilísticas realizadas durante o estágio e na prática diária na Soluções Contábeis, Lda. Para tal é feito um resumo dos principais movimentos contabilísticos e serão incluídas algumas considerações sempre que seja necessário.

2.2.2 - Exemplos de lançamentos efetuados

Nos quadros abaixo resumem-se as operações mais frequentes, com a movimentação correspondente e algumas explicações pertinentes.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
11	Caixa	X	
211	Clientes		X

Tabela 2 Recebimento de clientes

O recibo é um documento comprovativo de pagamento de determinado montante. O bem ou serviço prestado é faturado e quando o pagamento é efetuado pelos clientes são impressos recibos. Na Soluções Contábeis consideram-se que todos os recebimentos são por caixa, independentemente do meio de pagamento, em dinheiro, cheque ou transferência, trata-se de uma prática contabilística com o intuito de aumentar e facilitar o controlo interno. Esta prática é uma forma de o caixa refletir nas entradas todas as faturas recebidas. A conta de clientes não se encontra subdividida porque existe paralelamente um programa de gestão de clientes onde constam os respetivos saldos individualizados. Podemos verificar na Tabela 2 o exemplo de um recebimento.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6233	Material de escritório	X	
6232	Livros e documentação técnica	X	
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	X	
2432	IVA dedutível	X	
11	Caixa		X

Tabela 3 Despesas correntes

Na Tabela 3 apresenta-se o exemplo de despesas correntes realizadas sob a forma de Faturas Simplificadas e que, efetivamente, podem e são normalmente pagas em dinheiro. É importante referir que a rubrica de Material de Escritório se refere a canetas, lápis, marcadores, folhas de rosto, etc. No que respeita a livros e documentação técnica refere-se, para o caso da própria Soluções Contábeis, a livros explicativos esclarecedores e essenciais à aprendizagem do SNC, da contabilidade e da fiscalidade, bem como a códigos tributários e legislação comercial. Na conta 6231 – “Ferramentas e utensílios de desgaste rápido” incluem-se, impressoras, computadores e afins de reduzido valor, uma vez que com a adoção do SNC estas ferramentas não cumprem os requisitos para serem classificadas de Ativos Fixos Tangíveis. Os computadores e as impressoras são considerados ferramentas e utensílios de desgaste rápido pois segundo a ‘Soluções Contábeis’ tudo o que não se preveja benefícios futuros e que tenha valor reduzido (1000€) não é imobilizado. A conta de IVA - Dedutível é movimentada a débito tendo em atenção as taxas aplicáveis, diferentes de serviço para serviço (Os livros estão sujeitos à taxa reduzida; as ferramentas e o material de escritório à taxa normal).

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6262	Comunicação	X	
638	Outros gastos com o pessoal	X	
11	Caixa		X

Tabela 4 Operações Isentas

As operações de comunicação referem-se ao envio de cartas, compra de selos e afins. Os outros gastos com o pessoal inseridos na conta 638 são aqueles que não estão previstos nas restantes subcontas da conta 63 – Gastos com o Pessoal, como a rubrica de formação profissional, como pode ser verificado na Tabela 4.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6242	Combustíveis-Gasóleo LM 50%	X	
2432	IVA dedutível -Gasóleo	X	
6226	Conservação e reparação	X	
2432	IVA dedutível	X	
11/12	Caixa/Banco		X

Tabela 5 Tratamento das despesas com veículos ligeiros de mercadorias

Tendo em conta o artigo 21º, nº1 alínea b) do CIVA, o combustível das viaturas ligeiros de mercadorias só é dedutível em 50% do montante do IVA, sendo 100% apenas nos casos descritos na mesma legislação apontada. Quanto às despesas relacionadas com a manutenção e conservação (neste caso são despesas de oficina, inspeções, etc.) das viaturas ligeiras de mercadorias a dedução é total. Podem-se verificar estas classificações na Tabela 5.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6242	Combustíveis	X	
2432	IVA dedutível - Gasóleo	X	
6226	Conservação e reparação	X	
2432	IVA dedutível	X	
11/12	Caixa/Banco		X

Tabela 6 Tratamento das despesas com veículos ligeiros de passageiros

As viaturas ligeiras de passageiros merecem um tratamento diferente das viaturas de mercadorias no que diz respeito ao combustível, ou seja, o IVA do combustível e das despesas não é dedutível (Art.º 21, n.º1, a) do CIVA. Todas as despesas com as viaturas ligeiras estão sujeitas a uma taxa de 10% de tributação autónoma (Art.º 88º, n.º3 do CIRC)

que no final do exercício aumentam ao valor de IRC apurado aquando da elaboração da Modelo 22.

Conta	Descrição	Crédito	Débito
6266	Despesas de representação	X	
11/12	Caixa/Banco		X

Tabela 7 Despesas de representação

Conforme o Art.º 88º, nº7 do CIRC ‘Consideram-se despesas de representação, nomeadamente, as suportadas com receções, refeições, viagens, passeios e espetáculos oferecidos no país ou no estrangeiro a clientes ou a fornecedores ou ainda a quaisquer outras pessoas ou entidades’. Estas despesas, de acordo com as alíneas c), d), e) do nº1 do artigo 21º do CIVA não conferem direito a dedução e o seu tratamento fiscal é igual ao anteriormente disposto para o caso das viaturas ligeiras de passageiros (conforme o Art.º 88, nº3 do CIRC). Estas despesas referenciadas anteriormente que estão sujeitas a taxas de tributação autónoma, no caso de os sujeitos passivos apresentarem prejuízo fiscal no período a que respeitam, a taxa de tributação autónoma é elevada a 10 pontos percentuais, ou seja ficará uma taxa de 20 % (Art.º 88, nº14 do CIRC).

Conta	Descrição	Crédito	Débito
211	Clientes	X	
711	Vendas de Mercadorias		X
2433	IVA Liquidado		X

Tabela 8 Faturação

Conta	Descrição	Crédito	Débito
311	Compra de mercadorias	X	
2432	IVA dedutível	X	
2211	Fornecedores		X

Tabela 9 Transações com Fornecedores

Conta	Descrição	Crédito	Débito
2211	Fornecedores	X	
317	Devoluções de compras		X
2434	IVA Regularizações		X
318	Desconto Abatimento em compras		X
2434	IVA Regularizações		X

Tabela 10 Tratamento das Notas de Crédito: 2 situações mais comuns

A Tabela 10 contempla as duas situações mais comuns que originam a emissão de uma nota de crédito: o primeiro exemplo é uma devolução de mercadoria, o segundo caso apresenta um desconto concedido que não foi incluído na fatura, a regularização do IVA depende da taxa aplicada e há a possibilidade de não haver movimentação da subconta 2434 caso o desconto não obrigue à correção de IVA.

2.2.3 O Processamento de Salários

O processamento de salários é uma tarefa a realizar mensalmente através do programa de ‘Gestão de Pessoal’. O processamento de salários é efetuado com base na assiduidade de cada trabalhador e do seu salário base. A partir deste processamento o programa informático emite automaticamente o recibo de cada trabalhador e o mapa de remunerações, a partir do qual se elaboram as guias de pagamento de retenções de IRS e os descontos para a segurança social (uma parte cabe ao trabalhador e a outra á entidade patronal), sendo estes entregues em seguida aos clientes para posterior pagamento até dia 20 e 15 respetivamente, do mês seguinte ao processamento de salários.

O processamento contabilístico dos ordenados abrange três fases distintas.

Numa primeira fase, pelo processamento dos salários, dentro do mês a que respeitem, debitam-se as subcontas da conta 63 - “Gastos com o pessoal”, por crédito da conta 231 - “Remunerações a pagar”, pelos valores líquidos apurados no processamento; por crédito das contas 24 – “Estado e outros entes públicos”, nas respectivas subcontas, 242 – “Retenção de impostos sobre o rendimento” e 245 – “Contribuições para a segurança social”; as contas de 232 – “Adiantamentos” (no caso de serem regularizadas por vencimentos); e contas 278 – “Outros devedores e credores”, consoante as entidades credoras dos descontos efetuados (parte do pessoal), como por exemplo, os sindicatos e outras organizações profissionais. Na Tabela 11, pode-se observar um exemplo de Processamento das remunerações numa primeira etapa.

Conta	Descrição	Debito	Credito
63	Gastos com o pessoal	X	
231	Remunerações a pagar		X
24	Estado e outros entes públicos		X
242	Retenção de imposto sobre o rendimento		X
245	Contribuições SS		X
232	Adiantamentos		X
278	Outros devedores e credores		X

Tabela 11 Processamento de Salários

Numa segunda fase, pelo processamento dos encargos sobre remunerações (parte da entidade patronal), dentro do mês a que respeitam, debita-se a conta 635 – “Encargos sobre remunerações”, por contrapartida da conta 245 – “Contribuições para a segurança social” (Tabela 12).

Conta	Descrição	Debito	Credito
635	Encargos sobre remunerações	X	
245	Contribuições para a SS		X

Tabela 12 Processamento das Remunerações

Numa terceira e última fase, pelos pagamentos ao pessoal e às outras entidades, debitam-se as contas que foram creditadas na 1ª e 2ª fase, por crédito das contas 11 – “Caixa”, ou 12 – “Depósitos á Ordem” (Tabela 13).

Conta	Descrição	Debito	Credito
231	Remunerações a pagar	X	
24	Estado e outros entes públicos	X	
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	X	
245	Contribuições para a SS	X	
232	Adiantamentos	X	
278	Outros devedores e credores	X	
11/12	Caixa/Depósitos á ordem		X

Tabela 13 Pagamento de salários

2.3 Avaliação global do período de estágio

O estágio curricular na ‘Soluções Contábeis’ para conclusão do mestrado em Auditoria e Análise Financeira foi enriquecedor pois permitiu uma aproximação á realidade de trabalho na área da contabilidade.

No entanto, certos fatores condicionaram as tarefas realizadas, nomeadamente a duração do período de estágio e a disponibilidade da orientadora na entidade.

Relativamente à orientação, esta foi feita principalmente pela administrativa da entidade e não pela pessoa inicialmente destacada para tal, o que levou à realização de tarefas mais baseadas nas suas funções. A nível da duração do estágio, se este tivesse sido mais longo, por exemplo de um ano, poderia ter-se abordado outras temáticas e superado esse processo administrativo.

No ponto de vista pessoal, apesar do estágio se ter revelado uma mais valia, ficou um pouco aquém das expectativas, talvez devido ao facto de algumas entidades aceitarem estagiários e não estarem disponíveis nem preparados para os receber e acompanhar devidamente, o que foi notório em estágios precedentes. Esta indisponibilidade também foi observada aquando da realização do relatório de estágio na medida em que a informação pedida nem sempre foi partilhada.

Tendo em conta que a maioria das empresas procura contratar pessoas com experiência, este estagio, apesar de algumas limitações, revelou-se o ponto de partida para o primeiro emprego.

3. A origem do Sistema de Normalização Contabilística

O Plano Oficial de Contabilidade (POC) foi implantado no nosso país em fevereiro de 1977, visando principalmente o apoio e a orientação dos nossos técnicos oficiais de contas, mas também outros utilizadores da informação financeira, tais como revisores oficiais de contas, técnicos da administração fiscal, bancos, entre outros. Este processo decorreu ao longo de mais de três décadas. (Pereira, 2012, p.11)

O POC, segundo (Saraiva, Alves, & Gabriel, 2015) foi a segunda etapa da Normalização Contabilística, que surgiu na tradição da inspiração continental nacional, enunciando os princípios, normas e procedimentos contabilísticos.

O POC tem-se revelado, desde há algum tempo, insuficiente para as entidades com maiores exigências qualitativas de relato financeiro, para além de carecer de revisão técnica no que concerne, nomeadamente, a aspetos concetuais, critérios de reconhecimento e mensuração, conceito de resultados, bem como em relação aos modelos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (Decreto-Lei n.º158/2009, 13 de Julho 2009).

O POC e as normas internacionais da contabilidade não eram consistentes entre si, é então, neste sentido que se procede à revogação do POC e respetiva legislação complementar, criando-se o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º158/2009, de 13 de junho.

Depois da introdução do primeiro POC, a introdução do SNC foi a mudança mais relevante e significativa na normalização contabilística portuguesa, tratando-se de um modelo baseado no normativo do IASB, mas garantindo-se a compatibilidade com as Diretivas comunitárias, com incidência na área da contabilidade. (Saraiva, Alves & Gabriel, 2015, p.8)

3.1 O atual Sistema de Normalização Contabilística

O atual Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de junho. ‘Sendo aplicável às empresas não financeiras, o SNC visou a substituição do Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação complementar, com entrada em vigor nos exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2010.’ (Couto & Monteiro, n.d, p.3)

‘O SNC trata-se de um conjunto de normas coerentes com as normas internacionais de contabilidade em vigor na UE e, por outro lado, com as atuais versões das quarta e sétima diretivas comunitárias sobre contas, respetivamente, de entidades individuais e grupos de sociedades.’ (Decreto-Lei n.º158/2009, de 13 de julho)

‘O artigo 3º do DL acima refere que as entidades obrigadas a optar pelo SNC, neste caso, empresas individuais reguladas pelo Código Comercial, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, as empresas públicas, as cooperativas e os agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico.’ No entanto, entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos á negociação num mercado regulamentado devem optar pelas normas internacionais de contabilidade, segundo o n.º1 do art.º 4 do DL n.º158/2009, de 13 de Junho.

Contudo, o SNC ainda era bastante exigente para as entidades de menor dimensão e é então que é criada a Norma Contabilística para as pequenas entidades (NCRF-PE), baseada nos mesmos princípios mas com menores exigências de relato financeiro.

Resumindo:

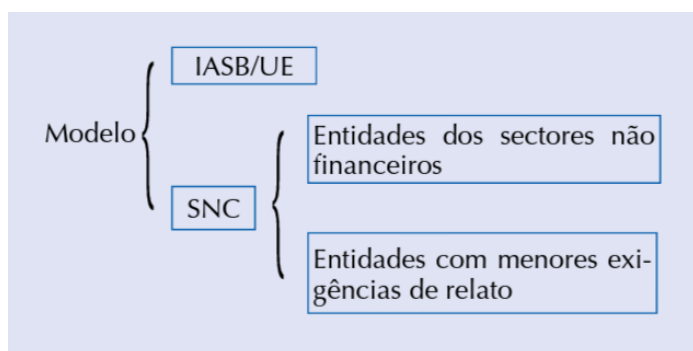


Figura 3 Modelos contabilísticos
Fonte: (Antão, et al., 2017)

O SNC foi elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) composto pelos seguintes elementos:

- ✓ Estrutura Concetual (EC);
- ✓ Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- ✓ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- ✓ Código de Contas (CC);
- ✓ Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF);
- ✓ Normas Contabilísticas e de relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Mesmo com a publicação do normativo para as pequenas entidades, este ainda era considerado como demasiado excessivo para as entidades denominadas microentidades. É neste sentido que surge a Lei n.º35/2010, de 2 de Setembro, com o intuito de criar um regime simplificado de normas para as microentidades e em 2011 é aprovado o Normativo Contabilístico das Microentidades através do Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de Março.

Em 2013, surge a Diretiva n.º2013/34/UE relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho. Esta Diretiva, tem como objetivos a ‘redução de encargos administrativos das pequenas e médias empresas e a simplificação de procedimentos de relato financeiro, a redução da informação nas notas anexas às demonstrações financeiras e a dispensa da preparação de demonstrações financeiras consolidadas para grupos de pequenas empresas.’ (Sousa, A. 2015)

Neste sentido, após a publicação da Diretiva acima, surge a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho com aplicação no período que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2016. Este Decreto-Lei altera os limites de categorização das entidades, dos grupos de entidades e da sua classificação como pequena média ou grande empresa. No que diz respeito às pequenas entidades, exclui-se o total de vendas líquidas e outros rendimentos e passa a contar o volume de negócios líquidos como em todas as categorias de entidades. Quanto ao total do Balanço, as microentidades veem o seu valor diminuído enquanto que as restantes categorias veem o seu valor mais alargado.

O Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, vem alterar os seguintes diplomas:

- ✚ O Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro;
- ✚ O Código das Sociedades Comerciais;
- ✚ O Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.

Com a publicação do DL n.º 98/2015, de 2 de Junho, o SNC passa a ser composto pelos seguintes instrumentos:

- ✚ Bases para apresentação de demonstrações financeiras (BADF);
- ✚ Modelos de Demonstrações financeiras (MDF);
- ✚ Código de Contas (CC);
- ✚ Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF);
- ✚ Normas Contabilística de Relato Financeiro para pequenas empresas (NCRF-PE);
- ✚ Norma Contabilística de Relato Financeiro para Entidades do setor não Lucrativo (NCRF-ESNL)
- ✚ Norma Contabilística para microentidades (NC-ME);
- ✚ Normas Interpretativas (NI).

Deste modo, podemos verificar na

Figura 4 os limites para as categorias de entidades até 31 de Dezembro de 2015 e a partir de 1 de Janeiro de 2016.

Categorias de entidades (desde que não ultrapassem dois dos três limites)		Até 31dez2015	A partir de 1jan2016
Microentidades	Total balanço	500.000 €	350.000 €
	Volume negócios líquido	500.000 €	700.000 €
	N.º médio empregados	5	10
Pequenas Entidades	Total balanço	1.500.000 €	4.000.000 €
	Total vendas líquidas e outros rendimentos	3.000.000 €	
	Volume negócios líquido		8.000.000 €
	N.º médio empregados	50	50
Médias Entidades	Total balanço		20.000.000 €
	Volume negócios líquido		40.000.000 €
	N.º médio empregados		250
Grandes Entidades	Total balanço		Ultrapassem dois dos três limites das médias entidades
	Volume negócios líquido		
	N.º médio empregados		

Figura 4 Limites para as categorias de entidades

Fonte: CNC (2016)




De salientar que, qualquer empresa deve pelo menos cumprir dois dos três limites. Neste caso, uma microentidade que não cumpra dois dos três limites deixa de poder usar o NC-ME.

3.2 As Microentidades

Posteriormente à publicação do Decreto-Lei n.º158/2009, de 13 de julho, que aprovou a Sistema de Normalização Contabilística, surge a Lei n.º35/2010, de 2 de setembro, que vem instituir um regime simplificado das normas contabilísticas aplicáveis às microentidades.

No ano precedente, a aprovação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, consagrou, entre outras, as medidas de aprovação dos regimes da normalização contabilística, para as microentidades (NC-ME) e para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Deste modo, segundo o Decreto-Lei n.º36-A/2011, de 9 de Março consideram-se microentidades as empresas que, á data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

-  Total do balanço:500 000€
-  Volume de negócios líquido: 500 000€
-  Número médio de empregados durante o exercício: cinco.

‘Os limites acima descritos referem-se às demonstrações financeiras do exercício anterior, exceto no ano de constituição da empresa, que se consideram as previsões para esse mesmo exercício.’ (art.º 2 n.º2 do DL n.º 36-A/2011 de 9 de Março)

‘As microentidades ficam então dispensadas da aplicação do SNC e passam a utilizar o NC-ME, exceto quando estas estejam sujeitas a certificação legal de contas ou integrem o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas’ nos termos do n.º1 do artigo 3º do DL n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

O NC-ME é automático para as microentidades mas caso assim o pretendam, podem optar pela norma contabilística de relato financeiro (NCRF) ou pela norma contabilística de relato financeiro para as pequenas empresas (NCRF-PE) identificando essa opção na declaração periódica de rendimentos modelo 22 de IRC, a que se refere a alínea b) do n.º 1 do art.º 117 do Código do IRC.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, que veio alterar o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a partir dos períodos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2016, as categorias de entidades para efeitos contabilísticos passaram a ter novos limites, face à nova redação do artigo 9.º do referido Decreto-Lei.

Neste caso, podemos verificar na **Figura 5** as diferenças do NCM (2011) e do NC-ME (iniciados a partir de 1 Janeiro de 2016):

Limites	Até 2015	A partir de 1 Janeiro 2016
Total do Balanço	500.000€	350.000€
Volume de negócios líquido	500.000€	700.000€
N.º médio de empregados	5	10

Figura 5 Limites de categorias das microentidades

Fonte: Elaboração Própria

Analogamente ao conceito anteriormente em vigor, verifica-se um aumento do valor do volume de negócios e do número médio de empregados e uma diminuição do total do balanço.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, surgiram algumas mudanças não só a nível do SNC, mas também no NC-ME.

A partir de 1 de janeiro de 2016, relativamente às microentidades, surgem as seguintes alterações, (Sousa, 2015):

- ✓ ‘Redefinição do conceito de microentidades;
- ✓ Integração do normativo contabilístico das microentidades no SNC;
- ✓ Dispensa da elaboração de algumas demonstrações financeiras das microentidades;
- ✓ Revisão da obrigatoriedade de inventário permanente (Não se aplica ao caso das microentidades).’

3.2.1 Aspetos Contabilísticos

O decreto-Lei n.º36-A/2011, de 9 de março, veio culminar esse regime simplificado para as microentidades, com o objetivo de reduzir a carga administrativa suportada pelas microentidades e assegurar aos utilizadores das demonstrações financeiras uma informação adequada.

Anteriormente à entrada em vigor do DL n.º98/2015, de 2 de Junho, as microentidades ficavam dispensadas de apresentar as demonstrações financeiras de fluxos de caixa e as demonstrações de alterações no capital próprio, tendo assim que apresentar um balanço, uma demonstração de resultados por natureza e um anexo modelos reduzidos.

A partir de 1 de Janeiro de 2016, as microentidades ficam à mesma com a dispensa de apresentar as demonstrações de fluxos de caixa e as de alteração de capital próprio, apresentando apenas o Balanço e a demonstração de resultados por natureza, modelo microentidades.

Quanto ao anexo, as microentidades ficam dispensadas de o apresentar desde que, quando aplicável, procedam á divulgação das seguintes informações no final do balanço (Decreto-Lei n.º98/2015, de 2 de Junho):

- a) Montante total dos compromissos financeiros, garantias ou ativos e passivos contingentes que não estejam incluídos no balanço e uma indicação de natureza e forma de garantias reais que tenham sido prestadas e, separadamente, compromissos existentes em matéria de pensões, bem como compromissos face a empresas coligadas ou associadas;
- b) Montante dos adiantamentos e dos créditos concebidos aos membros dos órgãos de administração, de direção ou supervisão, com indicação das taxas de juro, das condições principais e dos montantes eventualmente reembolsados, amortizados ou objeto de renúncia, assim como os compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, com indicação do montante global para cada categoria;

- c) As informações referidas na alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, quando aplicável.

As microentidades ficam também isentas da obrigatoriedade de utilização do sistema de inventário permanente ao contrário das entidades que utilizam o NCRF, as IFRS ou o NCRF-PE que são obrigadas a adotar o sistema de inventário permanente para a contabilização dos inventários.

Ficam ainda dispensadas da elaboração do relatório de gestão, desde que, quando aplicável, divulguem as seguintes informações no final do balanço, segundo a n.º5 alínea d) do art.º66 do Código das Sociedades Comerciais:

- Número, valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico das quotas ou ações próprias adquiridas ou alienadas durante o período;
- Fração do capital subscrito que representam;
- Os motivos desses atos e o respetivo preço;
- O número e valor nominal ou contabilístico de todas as quotas e ações próprias detidas no fim do período.

A norma contabilística para as microentidades estabelece os aspetos de reconhecimento e mensuração tidos como requisitos contabilísticos simplificados aplicáveis às microentidades. Esta é composta pelos seguintes instrumentos:

- ✓ Bases para a apresentação de demonstrações financeiras das microentidades (BADF-ME),
- ✓ Modelos de demonstrações financeiras para microentidades (MDF-ME)
- ✓ Código de contas para as microentidades (CC-ME),
- ✓ Norma Contabilística para as microentidades (NC-ME),

3.2.2 Demonstrações financeiras

Segundo a portaria n.º104/2011, de 14 de Março, as microentidades são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras:

- ✓ Balanço; (Anexo 1)
- ✓ Demonstração dos resultados por natureza; (Anexo 2)
- ✓ Anexo para as Microentidades.

No entanto, com as alterações feitas em 2015, surge uma nova Portaria respeitante às demonstrações financeiras, a Portaria n.º220/2015, de 24 de Julho.

Segundo a Portaria acima referida as microentidades são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras:

- ✓ Balanço, modelo para as microentidades; (Anexo 3)
- ✓ Demonstração dos resultados por natureza, modelo para as microentidades. (Anexo 4)

Como é do conhecimento geral, as demonstrações financeiras devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da entidade.

As demonstrações financeiras devem ser identificadas claramente e distinguidas de outra informação publicada no mesmo documento (Aviso n.º 8255/2015, de 29 de junho). Estas devem ser apresentadas uma vez por ano, e representam uma simplificação face ao NCRF e ao NCRF-PE.

Quanto à informação a ser apresentada no Balanço e na demonstração de resultados, esta é publicada em Portaria, assim como, informação adicional sempre que se justifique. Esta informação adicional no caso do Balanço serve para uma melhor compreensão da posição financeira da empresa e no caso da demonstração de resultados para uma melhor compreensão do desempenho financeira da empresa.

3.2.3 Código de contas

O código de contas aprovado pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho, tal como o código de contas anterior, aprovado pela Portaria n.º 107/2011, de 14 março, tem a seguinte composição:

- ✓ Quadro síntese de contas;
- ✓ Código de contas; e
- ✓ Notas de enquadramento.

Este código de contas, mais reduzido e simplificado, baseia-se no código de contas do regime geral do SNC, com a introdução das contas específicas dirigidas às microentidades e para as ESNL e é aplicável a partir do dia 1 de janeiro de 2016.

Neste código de contas foram eliminadas classes e subclasses não utilizadas e foram alteradas certas nomenclaturas de forma a se adaptar ao novo normativo, não parecendo relevante listar essas diferenças, sendo que podemos verifica-las através do quadro comparativo do Anexo 9 e seguintes.

3.2.4 Norma Contabilística para as Microentidades após a aprovação do DL n.º 98/2015, de 2 de Junho

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, surge um novo regime, publicado através do Aviso n.º 8255/2015, de 29 de Julho, relativo às microentidades.

Esta norma contabilística é composta por 19 capítulos e visa estabelecer os aspetos de reconhecimento e mensuração, tidos como requisitos contabilísticos aplicáveis às microentidades.

Tal como já foi mencionado anteriormente, esta norma é de aplicação automática para as microentidades, mas caso assim o pretendam, podem optar pelas NCRF ou as NCRF-PE, desde que seja devidamente assinalado na declaração modelo 3 do IRS.

Com a publicação do Decreto-Lei agora em vigor a NC-ME sofreu algumas alterações.

Relativamente às demonstrações financeiras, a informação mínima a ser apresentada consta na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, assim como as informações adicionais sempre que sejam solicitadas para uma melhor compreensão.

Outro aspeto a verificar, as microentidades ficam dispensadas da elaboração do anexo e do relatório de gestão, desde que procedam á divulgação no final do Balanço da informação exigida (se aplicável).

Relativamente aos ativos fixos tangíveis, as propriedades de investimento (terrenos e edifícios), bem como os ativos biológicos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis. A rubrica ‘Terrenos e edifícios’ passam a integrar os direitos imobiliários e outros direitos similares. (Aviso n.º8255/2015, de 29 de Junho).

Os ativos intangíveis com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de dez anos, o que não se verificava anteriormente.

‘Os custos dos empréstimos obtidos deixam de poder incluir a amortização dos custos acessórios incorridos com a obtenção dos empréstimos.’ (Araújo, 2017, p.52)

À parte das mudanças mencionadas acima, a norma sofreu ainda algumas alterações a nível da terminologia.

3.2.5 Aspetos Fiscais

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, as microentidades ficam dispensadas de apresentar o anexo, desde que quando aplicável, façam as divulgações no final do Balanço que constam no n.º4 do art.º11 do DL n.º98/2015 de 2 de Junho.

No entanto, quando falamos do preenchimento da IES, as microentidades que optem pela aplicação da NC-ME (campo 4 do quadro 02-A) era expectável que no quadro 04-A, após o Balanço, tivesse sido criado um novo campo com o título; ‘Informação Adicional/Complementar’, para as indicações previstas na Portaria n.º220/2015, de 24 de julho, mas tal não acontece. (Sousa A. , 2017)

Estas ficam também dispensadas do relatório de gestão, desde que, quando aplicável, divulguem as informações no Balanço que consta no n.º5 alínea d) do artigo 66º do Código das sociedades Comerciais.

‘Neste caso, na declaração da IES, estas têm simplesmente de colocar ‘não’ no campo 2 do quadro 8 do Anexo A da IES. A nova versão da IES, disponibilizada no dia 30 de maio findo, passou a possibilitar a indicação de “não” para as microentidades, sem qualquer outra consequência.’ (Sousa A. , 2017)

Mesmo sendo dispensadas da elaboração do anexo, as microentidades devem preencher o quadro 05 do Anexo A da IES para efeitos fiscais. Segundo (Sousa A. , 2017) este procedimento é incompreensível, dado que a IES é o instrumento legal para o depósito de contas. Por outras palavras, implica que as microentidades vão depositar contas que não foram aprovadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2017, entrou em vigor o uso de taxonomia, aplicando-se aos exercícios de 2017 seguintes, como se refere o artigo 5.º da Portaria n.º 302/2016, de 2 de Dezembro. A taxonomia são códigos associados a cada código de contas de cada entidade que visa facilitar o preenchimento do Anexo A e do Anexo I da IES, sobretudo na realização do Balanço e da demonstração de resultados.

Relativamente às microentidades, as taxonomias podem ser consultadas no anexo III da Portaria n.º 302/2016, de 2 de Dezembro

4. Metodologia de Investigação

A investigação realizada consistiu num estudo quantitativo, utilizando-se para o efeito a realização de um questionário, que se designou ‘Satisfação dos utilizadores face à norma contabilística das microentidades’. Este instrumento foi aplicado aos contabilistas certificados do distrito de Santarém que habitualmente tratam da contabilidade de microentidades.

O principal objetivo da pesquisa foi perceber se existem mais entidades como a ‘Soluções Contábeis’, entidade de estágio, que são microentidades mas não optam pelo NC-ME. Ao mesmo tempo com o inquérito tentou perceber-se o nível de satisfação dos utilizadores face ao normativo contabilístico para as microentidades.

Na elaboração do questionário, pretendeu-se atender aos objetivos específicos definidos.

O questionário (anexos 6, 7 e 8), foi estruturado com dez questões simples e objetivas:

1. Quais as suas habilitações académicas?
2. Onde exerce a sua profissão?
3. Há quanto tempo exerce funções na presente entidade?
4. Qual o município onde exerce a sua atividade?
5. Qual o modelo contabilístico que utiliza?
6. Considera vantajosa a existência de uma Norma Contabilística para as microentidades?
7. Qual a sua perceção do nível de satisfação dos utilizadores face à introdução da Norma Contabilística para as microentidades?
8. Sente-se preparado na utilização do NC-ME?
9. Qual o seu nível de perceção face às mudanças feitas ao NC-ME?
10. Quantas microentidades trata habitualmente?

O questionário é composto por questões fechadas. Nas questões 7 e 9 procurou-se saber a opinião dos inquiridos em termos de grau de concordância, utilizando a escala de Likert, com seis opções de resposta (1- Nada Satisfeitos, 2- Pouco Satisfeitos, 3- Razoavelmente satisfeitos, 4- Satisfeitos, 5 Bastante satisfeitos, 6-Totalmente satisfeitos).

Nas questões 1 a 4 procurou-se definir o perfil do inquirido, local de atividade, tempo de período de exercício na entidade e a sua localização.

A questão 5 pretende-se averiguar qual o modelo contabilístico adotado para poder posteriormente comparar com a entidade de estágio.

As questões 6 e 8 são de respostas objetivas e únicas, como sim ou não.

O questionário foi enviado via correio eletrónico para as microentidades do distrito de Santarém, acompanhado por uma mensagem (disponível no anexo 5; enviado a 01 de julho de 2018) que explicava o objetivo do estudo presente. Para se obter o email e os números de telefone das microentidades do distrito de Santarém foi feita uma pesquisa na internet através do portal www.portalnacional.com.pt que facilitou o trabalho de pesquisa.

Como o número de respostas não estava a ser o esperado via correio eletrónico (pois obteve-se 30 respostas), tomou-se a iniciativa de fazer o questionário via telefone o que aumentou significativamente o número de respostas. Esta última recolha de dados foi feita a partir do fim de agosto de 2018 e durante a primeira semana de setembro de 2018, obtendo-se assim mais 78 respostas.

O questionário foi sedado na plataforma www.survio.com, de acesso simples e gratuito, própria para a realização de diversos inquéritos e esteve disponível através da seguinte hiperligação:

<https://www.survio.com/survey/d/U3Q2R9C9O4A7Y9V1I>.

5. Trabalho de Campo

5.1 Introdução

A ‘Soluções Contábeis’, entidade de estágio, enquadra-se na categoria das microentidades, contudo por uma questão de uniformização de trabalhos usa a Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades para a sua empresa e para os seus clientes. Visto que a ‘Soluções Contábeis’ tem todos os planos e mapas automatizados para as pequenas entidades, assim como todo o dossier fiscal, esta opta pelo NCRF-PE. A entidade consegue assim ter o trabalho ‘facilitado’, dado que está automatizada para as pequenas empresas, e por outro lado, obtém mais informação, pois o normativo contabilístico para as pequenas entidades assim o exige.

A particularidade da entidade de estágio ser uma microentidade e não utilizar o normativo contabilístico correspondente, despertou na estagiária a curiosidade de qual seria a opção de microentidades idênticas. Assim, tendo em conta o plano de investigação inicialmente traçado, avançou-se com um pequeno trabalho de investigação, inquirindo contabilistas certificados de outras microentidades.

O inquérito foi realizado no distrito de Santarém, englobando os 21 municípios, procurando concluir-se sobre o nível de satisfação com o normativo contabilístico para as microentidades, se as mesmas o utilizam ou se optam, como no caso da Soluções Contábeis, por outro tipo de normativo contabilístico.

Inicialmente este foi enviado por correio eletrónico, contudo como já foi referido visto que as respostas não eram as esperadas, tomou-se a iniciativa de fazer o inquérito através de chamadas telefónicas, revelando-se assim mais pessoal e satisfatório para ambas as partes.

Com a realização deste inquérito foram recolhidas 108 respostas de algumas das empresas dos vinte e um municípios de Santarém. Através desta amostra conseguem-se obter informações relevantes quanto ao nível de satisfação dos utilizadores face ao NC-ME e se as microentidades inquiridas optam pela utilização do normativo que lhes corresponde ou se optam por outro tipo de normativo como é o caso da ‘Soluções Contábeis’.

5.2 Dados e respetivo tratamento

Como já foi referido anteriormente, os contabilistas certificados de microentidades do distrito de Santarém foi o universo sobre o qual versou o presente estudo.

A amostra deste estudo é constituída por 108 respostas.

Relativamente às habilitações académicas dos inquiridos constatamos que a maioria possui formação académica superior mas existe uma grande percentagem de 42,6% em que possui apenas o ensino secundário (Tabela 14).

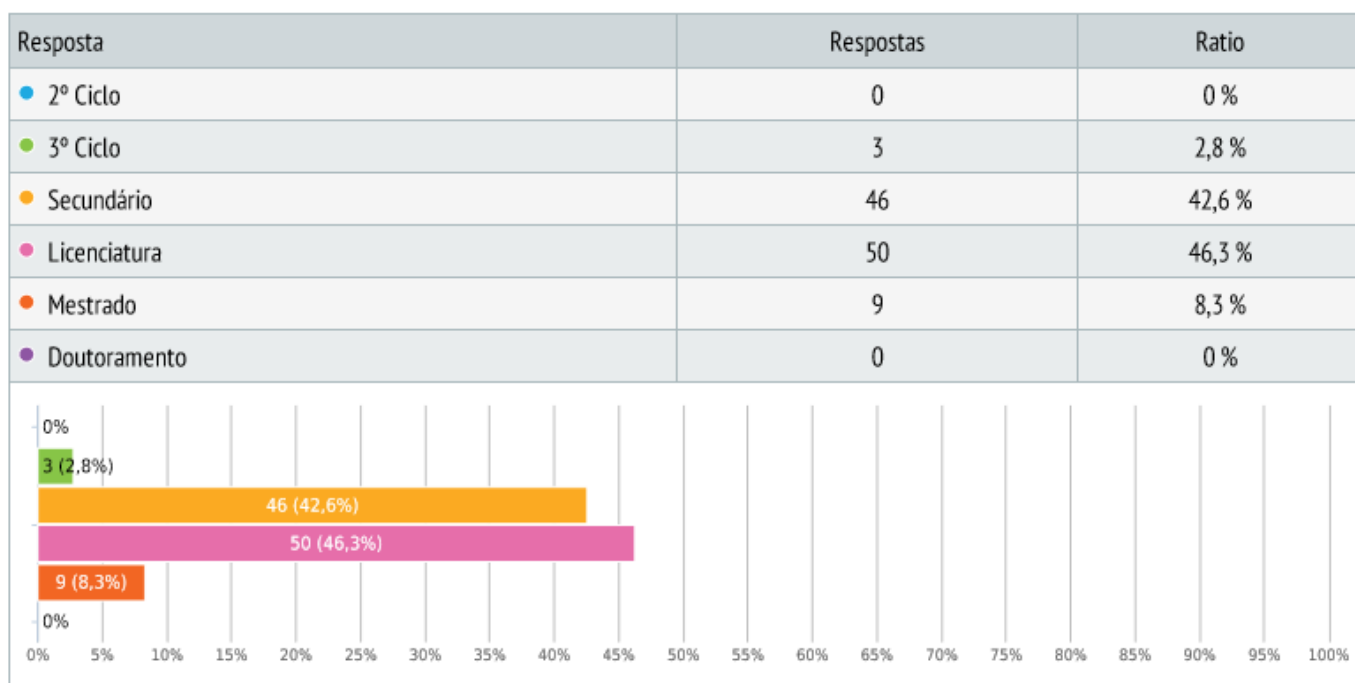


Tabela 14 Habilitações académicas

No que diz respeito ao local onde exerce funções pode-se verificar que a maioria dos inquiridos exerce funções em gabinetes de contabilidade, neste caso 94,4% como podemos verificar na Tabela 15.

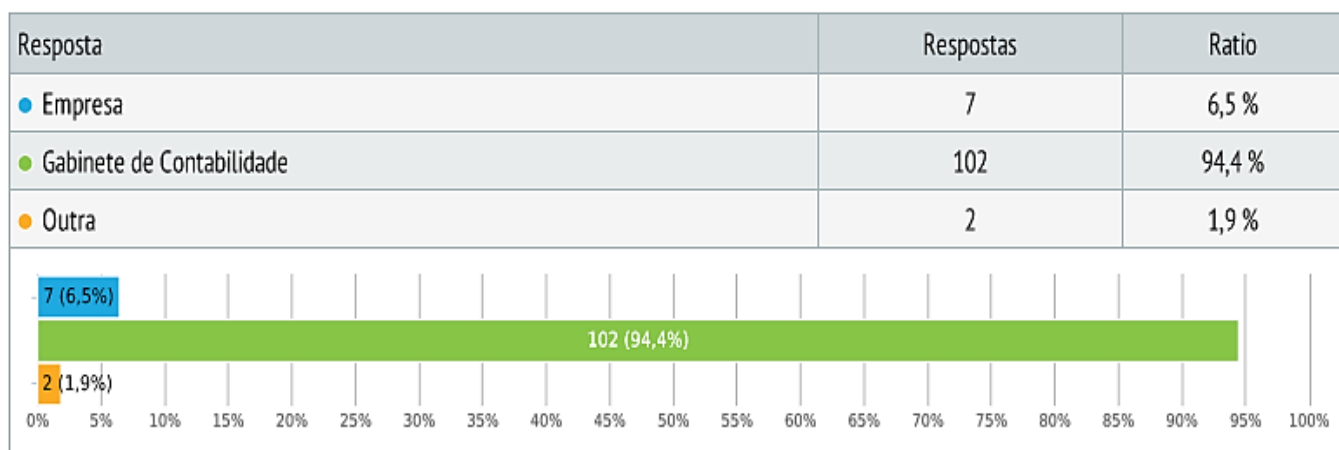


Tabela 15 Local onde exerce funções

No que concerne à antiguidade de exercícios de funções, mais de 36% dos inquiridos exerce funções à mais de vinte e cinco anos na mesma entidade. Podemos ainda observar através dos dados da Tabela 16 que mais de 80% dos inquiridos exercem funções na mesma entidade há mais de dez anos.

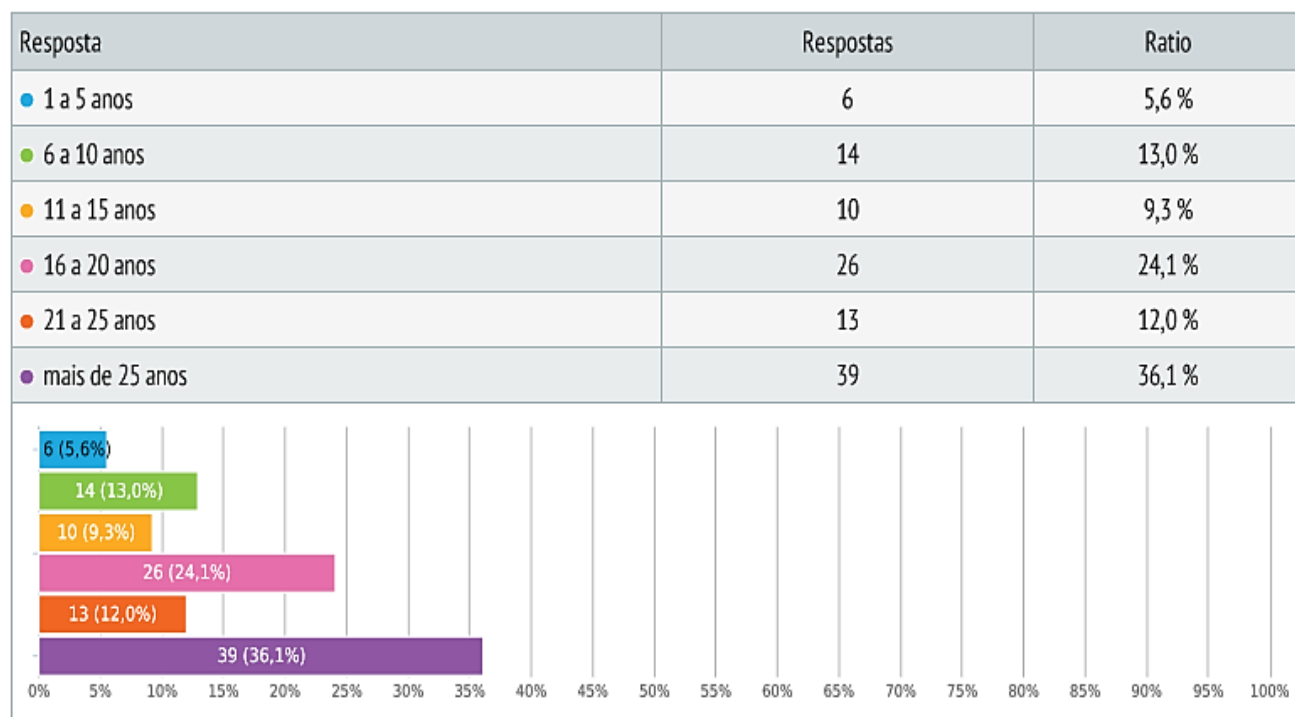


Tabela 16 Tempo de exercício de funções

Geograficamente, o objetivo inicial era enviar uma média de cinco a seis questionários por município. Este objetivo foi atingido com uma média de 5,14 respostas por concelho em que o concelho que se obteve mais respostas foi o de Benavente e o com menos respostas foram os da Chamusca e do Sardoal (Tabela 17).

Resposta	Respostas	Ratio
● Abrantes	5	4,6 %
● Alcanena	5	4,6 %
● Almeirim	6	5,6 %
● Alpiarça	4	3,7 %
● Benavente	8	7,4 %
● Cartaxo	5	4,6 %
● Chamusca	5	4,6 %
● Constância	3	2,8 %
● Coruche	5	4,6 %
● Entroncamento	5	4,6 %
● Ferreira do Zêzere	6	5,6 %
● Golega	5	4,6 %
● Mação	4	3,7 %
● Ourém	6	5,6 %
● Rio Maior	6	5,6 %
● Salvaterra de Magos	5	4,6 %
● Santarém	5	4,6 %
● Sardoal	3	2,8 %
● Tomar	6	5,6 %
● Torres Novas	6	5,6 %
● Vila Nova da Barquinha	5	4,6 %

TABELA 17 MUNICÍPIO DE ATIVIDADE

5.3. Análise e Discussão dos Resultados

Numa primeira fase começou-se por verificar qual o normativo contabilístico que cada entidade utiliza, para verificar se existem mais entidades como a Soluções Contábeis, ou seja, sendo uma microentidade se utiliza outro normativo contabilístico.

Deste modo, verificamos na Tabela 18 que a maioria dos inquiridos, exatamente 77,8%, utiliza o normativo contabilístico para as microentidades, 26,9% utiliza o normativo para as pequenas entidades, tal como a Soluções Contábeis, e que 7,4% utiliza o regime geral.

Perante estes valores, podemos concluir que não existem muitos casos como o da entidade de estágio, a maioria das microentidades inquiridas opta pela utilização do normativo que lhe corresponde.

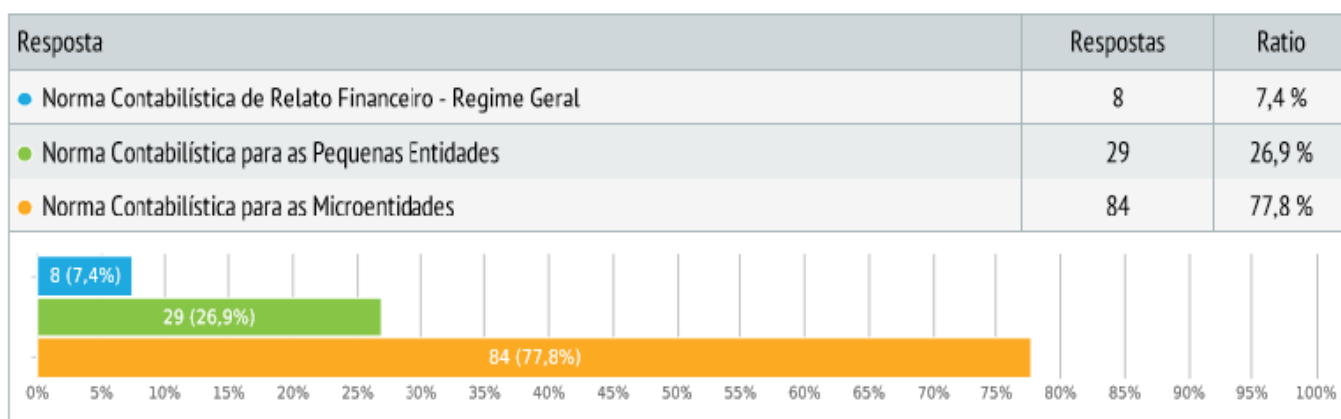


Tabela 18 Norma Contabilística utilizada

No entanto, à questão seguinte relativamente à opinião dos inquiridos sobre a vantagem da norma para as microentidades verificamos na Tabela 19 que quase 90% dos inquiridos estão de acordo com a existência da mesma, mais precisamente 86,1%, manifestando 13,9% dos inquiridos discordância com a existência desta norma.

A discussão gerada graças a certas entrevistas telefónicas permitiu compreender que as entidades que não consideram vantajoso este normativo, têm essa opinião pois perspectivam que só deveria de existir um normativo para todas as entidades, neste caso o regime geral.

Contudo, ao compararmos este gráfico com o gráfico anterior, relativamente à norma contabilística que utiliza, podemos observar uma discrepância de aproximadamente 10% entre as duas análises, o que nos indica existirem entidades que apesar de acharem o normativo vantajoso, não o utilizam, talvez por razões de uniformidade de trabalhos, como é o caso da Soluções Contábeis.

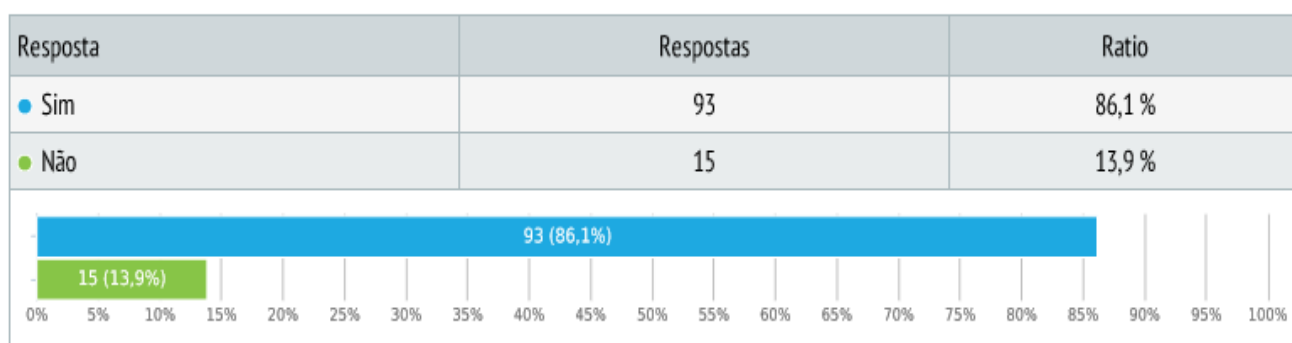


Tabela 19 Utilidade da norma

Através da tabela e gráfico abaixo, podemos observar a perceção dos contabilistas inquiridos face ao nível de satisfação dos utilizadores da NC-ME.

De um modo global, pois inclui-se os satisfeitos e razoavelmente satisfeitos, os inquiridos acreditam que os utilizadores estão satisfeitos com a introdução da mesma. Contudo, apenas uma minoria admite que a introdução da norma agrada totalmente aos seus utilizadores (Tabela 20).

No caso particular da Soluções Contábeis, pelo que percecionámos durante o estágio, esta considera que de um modo geral os utilizadores estão satisfeitos.

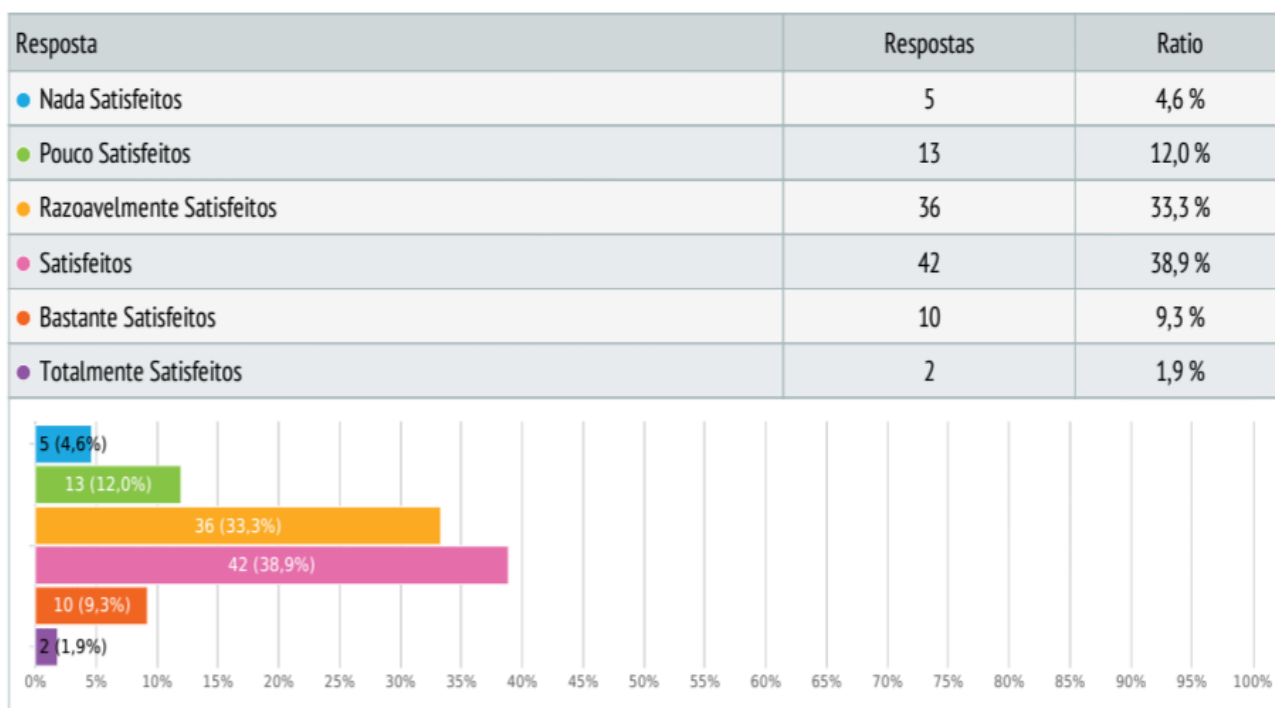


Tabela 20 Nível de satisfação dos utilizadores face ao NC-ME

Quanto ao nível de preparação dos inquiridos para o uso do normativo, não restam margens para dúvidas que quase 100% consideram sentirem-se preparados (Tabela 21). No entanto, existe uma percentagem mínima de não preparados. A entidade de estágio junta-se a essa minoria, pois como não opta pelo normativo considera não estar preparada para a utilização do mesmo. Pensa-se que estes valores podem estar relacionados com o facto de a maioria dos inquiridos exercer funções na mesma entidade há mais de dez anos, pois já adquiriram uma longa experiência e ainda ao facto de a norma para as microentidades ser mais simples em comparação com as restantes normas.

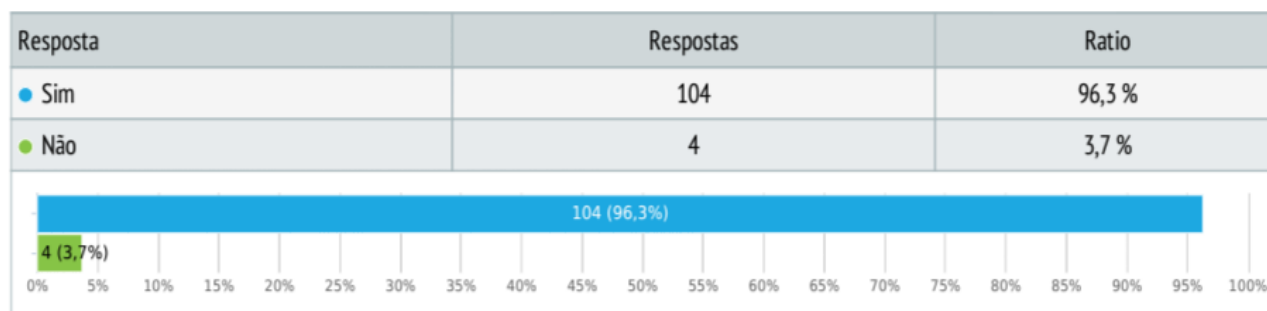


Tabela 21 Nível de Preparação do NC-ME

Relativamente ao nível de satisfação face às mudanças feitas ao NC-ME, mais de metade dos inquiridos mostraram-se satisfeitos (Tabela 22).

Aquando da realização do inquérito, via telefone, conseguiu-se perceber alguns dos motivos de insatisfação tais como, alguns dos inquiridos disseram que as mudanças feitas não foram significativas ao ponto de haver uma reformulação da norma e outros mencionaram que aquando do preenchimentos da declaração IES o sistema não acompanhou as mudanças feitas á norma para as microentidades.

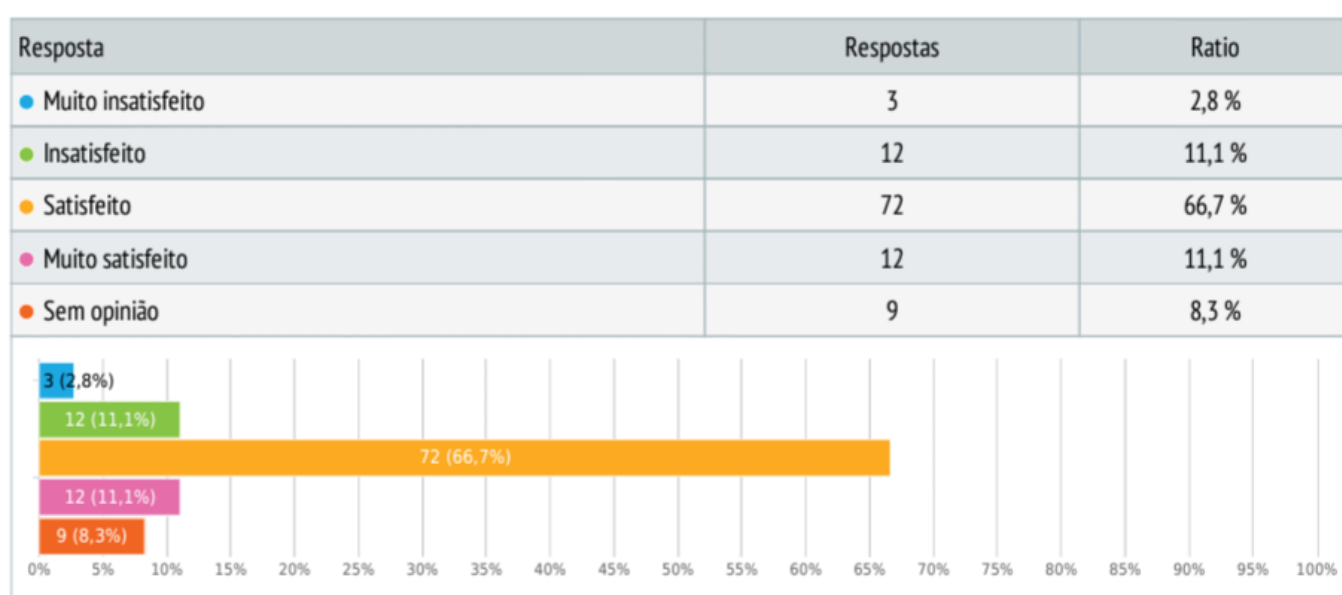


Tabela 22 Nível de satisfação face às mudanças ao NC-ME

Quanto ao número de microentidades que cada entidade trata habitualmente, as percentagens estão um pouco distribuídas por todos os intervalos, destacando-se o intervalo ‘mais de 50’ com a maior percentagem (Tabela 23). Visto que o tecido empresarial português é constituído na sua maioria de pequenas e microentidades consideram-se estes valores coerentes. Esta questão foi feita para se ter uma ideia do número médio de microentidades que cada inquirido trata habitualmente.

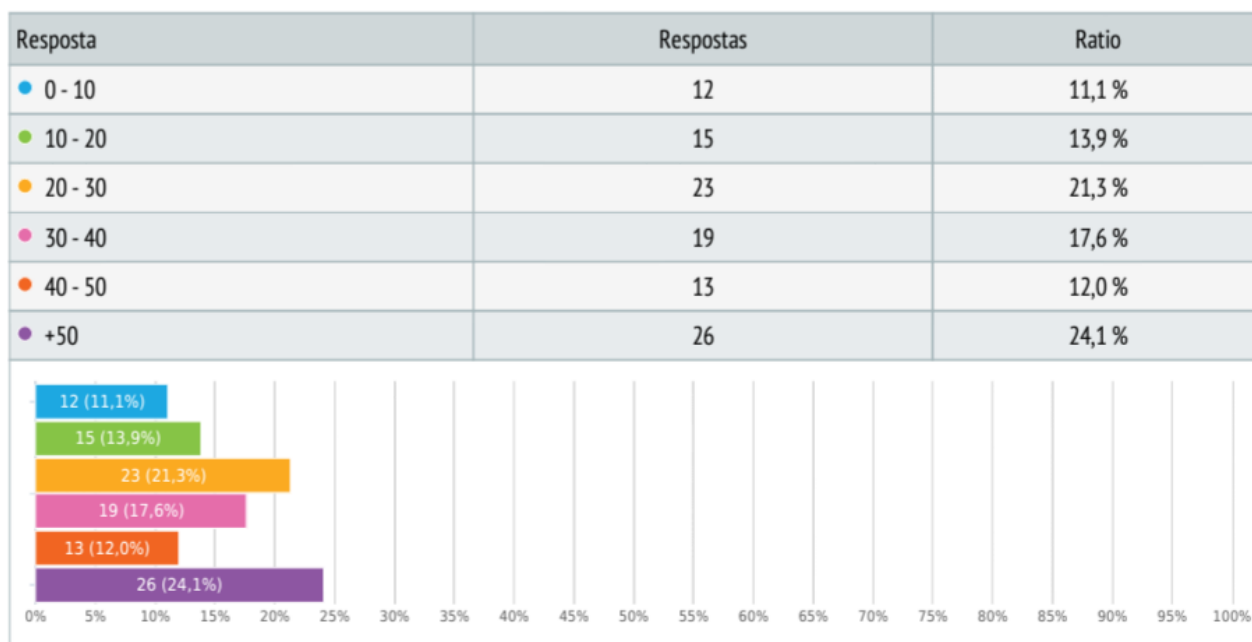


Tabela 23 Número de microentidades que trata

6. Conclusão

6.1 Considerações finais

Com a realização deste trabalho, conclui-se que a aprovação do novo Sistema de Normalização Contabilístico constitui um marco importante na contabilidade pois, este vem de encontro às crescentes e diferenciadas necessidades de informação financeira, por parte dos seus utilizadores. O SNC veio desenvolver questões e resolver problemáticas que o normativo anterior, o POC, não conseguiu solucionar.

Dado que o SNC se revelava muito exigente e acarretava custos elevados para entidades de pequena dimensão, foi publicado o Normativo Contabilístico para as microentidades, aprovado pela Lei n.º35/2010, de 2 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, comportando um conjunto de regras de relato financeiro mais simples e menos exigentes para este tipo de entidades, para as quais pela sua dimensão não é necessária ou se justifica tanta informação como para entidades de maior investimento e volume de atividade.

Logo após surge a Diretiva 2013/34/UE que tinha como principal objetivo a diminuição da burocracia inerente ao funcionamento de empresas de pequenas dimensão. A transposição desta Diretiva dá-se com a publicação do Decreto-Lei n.º98/2015, de 2 de Junho, redefinindo o conceito de microentidades, de pequenas entidades e de grandes entidades, assim como a classificação dos grupos económicos e grupos de grande, média e pequena dimensão, altera o Decreto-Lei relativo ao SNC, o Decreto-Lei relativo às microentidades e ainda o Código das Sociedades Comerciais.

Concluimos que dentro do distrito de Santarém a maioria dos inquiridos utiliza a Norma Contabilística para as Microentidades ao contrário da ‘Soluções Contábeis’ que opta por utilizar a norma contabilística para as pequenas entidades tanto para a entidade como para os seus clientes, pois quando iniciou a sua atividade em 2010 não existia ainda a NC-ME. Em 2011 quando a NC-ME foi aprovada, a ‘Soluções Contábeis’ como já tinha todos os planos e mapas automatizados para as pequenas empresas assim como todo o dossier fiscal, por uma questão de uniformidade de trabalhos optou por não mudar de normativo.

Concluímos ainda que dentro do distrito de Santarém, a maioria dos inquiridos é unânime ao afirmar que considera vantajosa a existência da mesma e o mesmo se passa relativamente ao nível de preparação, quase todos os inquiridos sentem-se preparados para a sua utilização, no entanto a entidade de estágio, independentemente de não optar pelo NC-ME, considera vantajosa a existência da mesma, dado ser menos exigente em termos de informação e mais simples em termos declarativos, mas no entanto não se sente preparado na utilização no mesmo pois opta por não utilizá-lo.

Os inquiridos acreditam que de um modo global, os utilizadores do NC-ME estão satisfeitos com a introdução deste normativo.

Em nosso entender a ‘Soluções Contábeis’ se optar pelo NC-ME tem mais vantagens do que inconvenientes, pois ao aplicar este regime reduz automaticamente os excedentes de trabalho e assim os recursos humanos estão mais disponíveis para outro tipo de tarefas como por exemplo a angariação de novos clientes, pois ao optar pelo NCRF-PE não tem tanta capacidade de resposta. Contudo, se a entidade de estágio optar pela mudança de normativo, torna-se necessária a reorganização dos recursos e a adoção de novos procedimentos, o que implicaria alguns custos.

Ao finalizar salienta-se que a realização do estágio curricular, integrado no plano de estudos do Mestrado em Auditoria e Análise Financeira, contribui para uma aproximação ao mercado de trabalho, sendo uma mais-valia para ambas as partes, estagiário e entidade de acolhimento. Tanto a orientadora como os restantes funcionários da entidade de estágio mostraram sempre disponibilidade para facilitar a integração da estagiária e a progressão da sua autonomia na realização das tarefas ao longo do estágio.

Os objetivos do estágio foram cumpridos e o tempo permanecido na empresa, embora considerando um período reduzido para a aprendizagem, foi enriquecedor, permitindo a aquisição de novos conhecimentos e práticas de contabilidade.

6.2 Limitações do estudo e pistas de investigação futura

Reconhecemos que este trabalho apresenta algumas limitações, limitações essas enfrentadas por nós durante a realização do trabalho.

Com a proteção de dados das empresas foi difícil obter-se uma amostra maior e como a estagiária se encontrava no estrangeiro ao realizar chamadas telefónicas através de um número estrangeiro, foi posta em causa a veracidade do presente trabalho por certas entidades inquiridas, recusando-se algumas a responder ao questionário.

Como pista de investigação futura seria interessante conseguir que a Ordem dos Contabilistas Certificados enviasse o questionário para as empresas que constam na sua base de dados de modo a que se consiga obter uma amostra mais significativa e estudar com mais profundidade o nível de satisfação dos utilizadores face ao normativo para as microentidades em Portugal Continental. Foi enviado um email para a OCC (Ordem dos Contabilistas Certificados) a 03 de Julho com um pedido de colaboração mas, devido á proteção de dados, este foi recusado.

Bibliografia

Antão,A., Gonçalves, C., Sousa, R., Pereira, A., Figueiredo, Sismeiro, A., Freitas.G (2007). O sistema de Normalização Contabilística. Revista TOC, 92, p24. Disponível: <https://www.occ.pt/news/trabalhoscongvpdf/32.pdf>

Araújo, C.S.O.C (2017). Estudo do Sistema de Normalização Contabilística das microentidades sua utilidade na perspetiva da entidade a nível de relato financeiro. Dissertação de mestrado. Universidade do Minho.

Aviso n.º 8255/2015 de 29 de Julho. Diário da República n.º 146/2015, Série II. Ministério das Finanças e Secretaria Geral. Lisboa. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/69889535/details/maximized?serie=II&search=Pesquisar&ano=2015&types=DR&dreId=69889530>

Código das Sociedades Comerciais. Disponível em: viginti.datajuris.pt/pdfs/codigos/csc_t.pdf

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), Última atualização: Lei n.º114/2017, de 29 de Dezembro. Disponível em: <https://fiscalidade.pt/wp-content/uploads/2018/01/CIRC.pdf>

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), Última atualização: Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro. Disponível em: <https://fiscalidade.pt/wp-content/uploads/2018/01/CIRS.pdf>

Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA), Última atualização: Lei n.º114/2017, de 29 de Dezembro. Disponível em: <https://fiscalidade.pt/wp-content/uploads/2018/01/CIVA.pdf>

Comissão de Normalização Contabilística (CNC), (2016). Sumário das principais alterações ao SNC. Disponível em: www.cnc.min-financas.pt/pdf/snc/2016/sumarioexecutivo.pdf, p2.

Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de Julho. Diário da república n.º133-Série I. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa. Disponível em: <http://www.cnc.min-financas.pt/snc.html>

Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de Março. Diário da República n.º48 –Série I. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa. Disponível em : <http://www.cnc.min-financas.pt/nem.html>

Decreto-Lei n.º98/2015 de 2 de Junho. Diário da República n.º106- Série I. Ministério das Finanças. Lisboa. Disponível em: <http://www.cnc.min-financas.pt/snc2016.html>.

Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho. Disponível em: http://www.cnc.minfinancas.pt/pdf/Diretivas UE/Diretiva_2013_34_UE_26_junho.pdf.

Pereira, E.M.M (2012). O regime de Normalização Contabilística para as microentidades. Dissertação de mestrado á Universidade de Aveiro.

Portaria n.º 107/2011 de 14 de Março. Diário da República n.º 51-Série I. Ministério de Estado e das Finanças. Lisboa. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/port/107/2011/03/14/p/dre/pt/html>

Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho. Diário da República n.º 143- Série I. Ministério das Finanças. Lisboa. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/port/220/2015/07/24/p/dre/pt/html>

Portaria n.º 302/2016 de 2 de Dezembro. Diário da República n.º231 –Série I. Ministério das Finanças. Lisboa. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/port/302/2016/12/02/p/dre/pt/html>

Portaria n.º218/2015 de 23 de Julho. Diário da República n.º142- Série I. Ministério das Finanças. Lisboa. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/port/218/2015/07/23/p/dre/pt/html>

Saraiva, H., Alves, M., &Gabriel, V. (2015). Normalização Contabilística em Portugal: a sua evolução e situação atual. Congresso dos TOC. ISBN: 978-972-9171-86-4. Disponível em: <https://www.occ.pt/news/trabalhoscongv/pdf/32.pdf>

Severo, A.F.N (2009). Práticas de Contabilidade. Relatório de Estágio. Universidade de Coimbra

Silva Couto, M., & Silva Monteiro, S. (n.d.). Normativo Contabilístico para Pequenas e Microentidades: implicações ao nível do Relato Financeiro. Disponível em : <https://www.occ.pt/news/comcontabaudit/pdf/119.pdf>.

Sousa, Abílio (2017). As microentidades e a IES. Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração. Disponível em: https://blogs.sapo.pt/cloud/file/.../fiscalidadeonline/2017/ASousa_8.pdf

Sousa, Abílio (2015). Microentidades passam a integrar o SNC a partir de 2016. Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração. Disponível em : blogs.sapo.pt/cloud/file/.../fiscalidadeonline/2015/af_as_2015_06_05.pdf

Anexos

Entidade:

BALANÇO EM XX DE YYYYYYY DE 201^{*}N (modelo para ME)

UNIDADE MONETÁRIA

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 XXX N	31 XXX N-1
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Accionistas/sócios			
Activo corrente			
Inventários			
Clientes			
Estado e outros entes públicos			
Diferimentos			
Outros activos correntes			
Caixa e depósitos bancários			
Total do activo			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Outros instrumentos de capital próprio			
Reservas			
Resultados transitados			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período			
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes			
Total do passivo			
Total do capital próprio e do passivo			

Anexo 1 - Balanço Microentidades até 2015

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo para ME)
PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYYY DE 201N

UNIDADE MONETÁRIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Imparidades (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Outros rendimentos e ganhos		+	+
Outros gastos e perdas		-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- / +	- / +
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	=
Gasto líquido de financiamento		-	-
Resultado antes de impostos		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
Resultado líquido do período		=	=

Anexo 2 - Demonstração de resultados por natureza até 2015

Entidade:

BALANÇO EM XX DE YYYYYY DE 20NN (modelo ME)

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	DATAS	
	XX YY N	XX YY N-1
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Créditos e outros ativos não correntes		
Ativo corrente		
Inventários		
Clientes		
Estado e outros entes públicos		
Capital subscrito e não realizado		
Diferimentos		
Outros ativos correntes		
Caixa e depósitos bancários		
Total do ativo		
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito		
Outros instrumentos de capital próprio		
Reservas		
Resultados transitados		
Outras variações no capital próprio		
Resultado líquido do período		
Total do capital próprio		
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões		
Financiamentos obtidos		
Outras dívidas a pagar		
Passivo corrente		
Fornecedores		
Estado e outros entes públicos		
Financiamentos obtidos		
Diferimentos		
Outros passivos correntes		
Total do passivo		
Total do capital próprio e do passivo		

Anexo 3 - Balanço microentidades

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo ME)

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	N	N-1
Vendas e serviços prestados	+	+
Subsídios à exploração	+	+
Variação nos inventários da produção	+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade	+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Fornecimentos e serviços externos	-	-
Gastos com o pessoal	-	-
Imparidade (perdas/reversões)	- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)	- / +	- / +
Outros rendimentos	+	+
Outros gastos	-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- / +	- / +
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	=
Gastos de financiamento (líquidos)	-	-
Resultado antes de impostos	=	=
Imposto sobre o rendimento do período	- / +	- / +
Resultado líquido do período	=	=

Anexo 4 - Demonstração de resultados por natureza (Modelo microentidades)

Anexo 5- Mensagem enviada via email

“Bom dia,

O meu nome é Ana Catarina Silva, aluna do Instituto Politécnico de Tomar, finalista do Mestrado em Auditoria e Análise Financeira.

Venho por este meio pedir a sua colaboração para a realização da componente prática da minha tese de mestrado, que tem como tema “A aplicação do SNC nas microentidades”.

Para tal, basta responder a um pequeno questionário de 10 questões com respostas predefinidas, que ocupará apenas um minuto do seu tempo.

Para aceder ao questionário, basta clicar no link abaixo.

<https://www.survio.com/survey/d/U3Q2R9C9O4A7Y9V1I>

Agradeço desde já pela sua disponibilidade, e pelo envio de um email de confirmação assim que completar o questionário.

Atenciosamente,

Ana Catarina”.

Apêndice: Inquérito

Satisfação dos utilizadores face à Norma Contabilística das Microentidades

Prezado Sr. / Sra.,

Obrigado pela sua visita. Ao completar este breve questionário vai ajudar-me a obter os melhores resultados para a minha tese de mestrado em Auditoria e Análise Financeira.

1. Este inquérito é dirigido a Contabilistas Certificados do distrito de Santarém que habitualmente tratam da contabilidade de microentidades. Se não é o seu caso agradeço a sua atenção mas este questionário não lhe é dirigido. Quais são as suas habilitações académicas?

Instruções de pergunta: *Selecione uma resposta*

- ☐ 2º Ciclo
- ☐ 3º Ciclo
- ☐ Secundário
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

2. Onde exerce a sua profissão?

Instruções de pergunta: *Selecione uma resposta*

- ☐ Empresa
- ☐ Gabinete de Contabilidade
- ☐ Outra

3. Há quanto tempo exerce funções na presente entidade?

Instruções de pergunta: *Selecione uma resposta*

- ☐ 1 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ 11 a 15 anos
- ☐ 16 a 20 anos
- ☐ 21 a 25 anos
- ☐ mais de 25 anos

Anexo 6 - Questionário 'Satisfação dos utilizadores face à norma contabilística das microentidades'

4. Qual o município que exerce a sua atividade?

Instruções de pergunta: *Selecione uma resposta*

- ☐ Abrantes
- ☐ Alcanena
- ☐ Almeirim
- ☐ Alpiarça
- ☐ Benavente
- ☐ Cartaxo
- ☐ Chamusca
- ☐ Constância
- ☐ Coruche
- ☐ Entroncamento
- ☐ Ferreira do Zêzere
- ☐ Golega
- ☐ Mação
- ☐ Ourém
- ☐ Rio Maior
- ☐ Salvaterra de Magos
- ☐ Santarém
- ☐ Sardoal
- ☐ Tomar
- ☐ Torres Novas
- ☐ Vila Nova da Barquinha

5. Qual a norma contabilística que utiliza na sua entidade?

Instruções de pergunta: *Selecione uma resposta*

- ☐ Norma Contabilística de Relato Financeiro - Regime Geral
- ☐ Norma Contabilística para as Pequenas Entidades
- ☐ Norma Contabilística para as Microentidades

6. Considera vantajosa a existência de uma norma contabilística para as microentidades?

Instruções de pergunta: *Selecione uma resposta*

- ☐ Sim
- ☐ Não

Anexo 7 - Questionário 'Satisfação dos utilizadores face à norma contabilística das microentidades'

7. Qual a sua perceção quanto ao nível de satisfação dos utilizadores face à introdução da norma contabilística para as microentidades?

Instruções de pergunta: *Selecione uma resposta*

- ☐ Nada Satisfeitos
- ☐ Pouco Satisfeitos
- ☐ Razoavelmente Satisfeitos
- ☐ Satisfeitos
- ☐ Bastante Satisfeitos
- ☐ Totalmente Satisfeitos

8. Sente-se preparado na utilização do normativo contabilístico para as microentidades?

Instruções de pergunta: *Selecione uma resposta*

- ☐ Sim
- ☐ Não

9. Qual o seu nível de satisfação face às mudanças feitas aos normativos contabilísticos no que diz respeito às microentidades?

Instruções de pergunta: *Selecione uma resposta*

- ☐ Muito insatisfeito
- ☐ Insatisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Muito satisfeito
- ☐ Sem opinião

10. Quantas microentidades trata habitualmente?

Instruções de pergunta: *Selecione uma resposta*

- ☐ 0 - 10
- ☐ 10 - 20
- ☐ 20 - 30
- ☐ 30 - 40
- ☐ 40 - 50
- ☐ +50

2—Código de Contas

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
1 MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS *		
11 Caixa		
12 Depósitos à ordem		
13 Outros depósitos bancários		
14 Outros instrumentos financeiros *		14 Outros
141 Derivados		*****
1411 Potencialmente favoráveis		*****
1412 Potencialmente desfavoráveis		*****
142 Instrumentos financeiros detidos para negociação		*****
1421 Ativos financeiros		*****
1422 Passivos financeiros		*****
143 Outros ativos e passivos financeiros		*****
1431 Outros ativos financeiros		*****
1432 Outros passivos financeiros		*****
2 CONTAS A RECEBER E A PAGAR *		

Anexo 9- Código de Contas Microentidades

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
21 Clientes *	21 Clientes e utentes	
211 Clientes c/c	211 Clientes e utentes c/c	
2111 Clientes gerais	2111 Clientes gerais
2112 Clientes — empresa-mãe	2112 Clientes — entidade-mãe
2113 Clientes — empresas subsidiárias	2113 Clientes — entidades subsidiárias
2114 Clientes — empresas associadas	2114 Clientes — entidades associadas
2115 Clientes — empreendimentos conjuntos	2115 Clientes — empreendimentos conjuntos
2116 Clientes — outras partes relacionadas	2116 Clientes — outras partes relacionadas
	2117 Utenes
...	
212 Clientes — títulos a receber	212 Clientes e utentes — títulos a receber	
2121 Clientes gerais	2121 Clientes gerais
2122 Clientes — empresa-mãe	2122 Clientes — entidade-mãe
2123 Clientes — empresas subsidiárias	2123 Clientes — entidades subsidiárias
2124 Clientes — empresas associadas	2124 Clientes — entidades associadas
2125 Clientes — empreendimentos conjuntos	2125 Clientes — empreendimentos conjuntos
2126 Clientes — outras partes relacionadas	2126 Clientes — outras partes relacionadas
	2127 Utenes
...	
218 Adiantamentos de clientes *	218 Adiantamentos de clientes e utentes	
219 Perdas por imparidade acumuladas *	219 Perdas por imparidade acumuladas	
22 Fornecedores *		
221 Fornecedores c/c		
2211 Fornecedores gerais	
2212 Fornecedores — empresa-mãe	
2213 Fornecedores — empresas subsidiárias	
2214 Fornecedores — empresas associadas	
2215 Fornecedores — empreendimentos conjuntos	
2216 Fornecedores — outras partes relacionadas	
... ..		
222 Fornecedores — títulos a pagar		
2221 Fornecedores gerais	
2222 Fornecedores — empresa-mãe	
2223 Fornecedores — empresas subsidiárias	
2224 Fornecedores — empresas associadas	
2225 Fornecedores — empreendimentos conjuntos	
2226 Fornecedores — outras partes relacionadas	
... ..		
225 Faturas em receção e conferência *		
... ..		
228 Adiantamentos a fornecedores *		
229 Perdas por imparidade acumuladas *		
23 Pessoal		
231 Remunerações a pagar *		
2311 Aos órgãos sociais		
2312 Ao pessoal		

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
232 Adiantamentos		
2321 Aos órgãos sociais		
2322 Ao pessoal		
...		
237 Cauções	
2371 Dos órgãos sociais	
2372 Do pessoal	
238 Outras operações		
2381 Com os órgãos sociais		
2382 Com o pessoal		
239 Perdas por imparidade acumuladas *		
24 Estado e outros entes públicos *		
241 Imposto sobre o rendimento *		
242 Retenção de impostos sobre rendimentos *		
243 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) *		
2431 IVA— Suportado		
2432 IVA— Dedutível		
2433 IVA— Líquido		
2434 IVA— Regularizações		
2435 IVA— Apuramento		
2436 IVA— A pagar		
2437 IVA— A recuperar		
2438 IVA— Reembolsos pedidos		
2439 IVA— Líquidações oficiais		
244 Outros impostos		
245 Contribuições para a Segurança Social		
246 Tributos das autarquias locais		
...		
248 Outras tributações		
25 Financiamentos obtidos		
251 Instituições de crédito e sociedades financeiras		
2511 Empréstimos bancários		
2512 Descobertos bancários		
2513 Locações financeiras		
.....		
252 Mercado de valores mobiliários	
2521 Empréstimos por obrigações *	
.....	
253 Participantes de capital	
2531 Empresa-mãe— Suprimentos e outros mútuos	
2532 Outros participantes— Suprimentos e outros mútuos	
.....	
254 Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	
	255 Instituidores (empréstimos de fundadores e beneméritos) *

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
...
258 Outros financiadores	258 Outros financiadores *
26 Acionistas/sócios	26 Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros*	
261 Acionistas c/ subscrição *	261 Fundadores/associados/membros — Em curso *
	2611
	2612
262 Quotas não liberadas *	262 Doadores — Em curso	
263 Adiantamentos por conta de lucros	263 Patrocinadores	
264 Resultados atribuídos	264 Quotas	
265 Lucros disponíveis	265 Resultados disponíveis	
266 Empréstimos concedidos — empresa-mãe	266 Financiamentos concedidos — Fundador/doador
...	...	
268 Outras operações	268 Outras operações	
	2681 Beneficiários das mutualidades — Prestações a pagar
	2682 Beneficiários das mutualidades — Capitais vencidos a pagar
	2683 Beneficiários das mutualidades — Rendas vitalícias a pagar
	2684
	2685 Beneficiários das mutualidades — Melhorias de benefícios
	2686 Beneficiários das mutualidades — Subvenções
269 Perdas por imparidade acumuladas *	269 Perdas por imparidade acumuladas	
27 Outras contas a receber e a pagar		
271 Fornecedores de investimentos *		
2711 Fornecedores de investimentos — contas gerais		
2712 Facturas em recepção e conferência *		
2713 Adiantamentos a fornecedores de investimentos *		
272 Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)*		
2721 Devedores por acréscimos de rendimentos		
2722 Credores por acréscimos de gastos		
273 Benefícios pós-emprego *	
274 Impostos diferidos *	
2741 Ativos por impostos diferidos	
2742 Passivos por impostos diferidos	
275 Credores por subscrições não liberadas *	
276 Adiantamentos por conta de vendas *		
...		
278 Outros devedores e credores		
279 Perdas por imparidade acumuladas *		
28 Diferimentos *		
281 Gastos a reconhecer		

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
282 Rendimentos a reconhecer		
29 Provisões *		
291 Impostos		
292 Garantias a clientes		
293 Processos judiciais em curso		
294 Acidentes de trabalho e doenças profissionais		
295 Matérias ambientais		*****
296 Contratos onerosos		*****
297 Reestruturação		*****
298 Outras provisões	298 Provisões específicas do setor *	
	299 Outras provisões	*****
3 INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS *		3 INVENTÁRIOS *
31 Compras		
311 Mercadorias		
312 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
313 Ativos biológicos		*****
....		
317 Devoluções de compras		
318 Descontos e abatimentos em compras		
32 Mercadorias		
.....		
325 Mercadorias em trânsito		
326 Mercadorias em poder de terceiros		
.....		
329 Perdas por imparidade acumuladas		
33 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
331 Matérias-primas		
332 Matérias subsidiárias		
333 Embalagens		
334 Materiais diversos		
335 Matérias em trânsito		
.....		
339 Perdas por imparidade acumuladas		
34 Produtos acabados e intermédios		
.....		
346 Produtos em poder de terceiros		
.....		
349 Perdas por imparidade acumuladas		
35 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
351 Subprodutos		
352 Desperdícios, resíduos e refugos		
.....		
359 Perdas por imparidade acumuladas		
36 Produtos e trabalhos em curso		
37 Ativos biológicos		*****
371 Consumíveis		*****

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
3711 Animais		*****
3712 Plantas		*****
372 De produção		*****
3721 Animais		*****
3722 Plantas		*****
....		
38 Reclassificação e regularização de inventários e ativos biológicos		38 Reclassificação e regularização de inventários
382 Mercadorias		
383 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
384 Produtos acabados e intermediários		
385 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
386 Produtos e trabalhos em curso		
387 Ativos biológicos *		*****
39 Adiantamentos por conta de compras *		
4 INVESTIMENTOS *		
41 Investimentos financeiros *		
411 Investimentos em subsidiárias		*****
4111 Participações de capital — método da equivalência patrimonial		*****
4112 Participações de capital — outros métodos		*****
4113 Empréstimos concedidos		*****
.....		*****
412 Investimentos em associadas		*****
4121 Participações de capital — método da equivalência patrimonial		*****
4122 Participações de capital — outros métodos		*****
4123 Empréstimos concedidos		*****
.....		*****
413 Investimentos em entidades conjuntamente controladas		*****
4131 Participações de capital — método da equivalência patrimonial		*****
4132 Participações de capital — outros métodos		*****
4133 Empréstimos concedidos		*****
.....		*****
414 Investimentos noutras empresas		
4141 Participações de capital		
4142 Empréstimos concedidos		
.....		
415 Outros investimentos financeiros		*****
4151 Detidos até à maturidade		*****
....		*****
4158 Outros		*****
.....		*****
419 Perdas por imparidade acumuladas *		
42 Propriedades de investimento		*****
421 Terrenos e recursos naturais		*****

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
422 Edifícios e outras construções	
....	
426 Outras propriedades de investimento	
....	
428 Depreciações acumuladas	
429 Perdas por imparidade acumuladas *	
43 Ativos fixos tangíveis		
431 Terrenos e recursos naturais	431 Bens do domínio público *	
....	
	4319 Perdas por imparidade acumuladas
432 Edifícios e outras construções	432 Bens do património histórico e artístico e cultural *	
	4321 Bens imóveis
	4322 Arquivos
	4323 Bibliotecas
	4324 Museus
	4325 Bens móveis

	4329 Perdas por imparidade acumuladas
433 Equipamento básico	433 Outros ativos fixos tangíveis	
	4331 Terrenos e recursos naturais
	4332 Edifícios e outras construções
	4333 Equipamento básico
	4334 Equipamento de transporte
	4335 Equipamento administrativo
	4336 Equipamentos biológicos
	4337 Outros ativos fixos tangíveis
	4338 Depreciações acumuladas
	4339 Perdas por imparidade acumuladas
434 Equipamento de transporte		
435 Equipamento administrativo		
436 Equipamentos biológicos *		
437 Outros ativos fixos tangíveis		
438 Depreciações acumuladas		
439 Perdas por imparidade acumuladas *	
44 Ativos intangíveis		
441 Goodwill	441 Bens do domínio público	441
442 Projetos de desenvolvimento *	442 Outros ativos intangíveis	
	4421 Goodwill
	4422 Projetos de desenvolvimento
	4423 Programas de computador
	4424 Propriedade industrial

	4426 Outros ativos intangíveis

	4428 Amortizações acumuladas
	4429 Perdas por imparidade acumuladas

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
443 Programas de computador		
444 Propriedade industrial		
.....		
446 Outros ativos intangíveis		
.....		
448 Amortizações acumuladas		
449 Perdas por imparidade acumuladas *	
45 Investimentos em curso		
451 Investimentos financeiros em curso		
452 Propriedades de investimento em curso	
453 Ativos fixos tangíveis em curso		
454 Ativos intangíveis em curso	
455 Adiantamentos por conta de investimentos *	455 Adiantamentos por conta do patrimônio histórico, artístico e cultural	
.....	
459 Perdas por imparidade acumuladas *	
46 Ativos não correntes detidos para venda *	
.....	
469 Perdas por imparidade acumuladas *	
5 CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS *	5 FUNDOS PATRIMONIAIS	
51 Capital subscrito	51 Fundos *	
52 Ações (quotas) próprias *	52 Excedentes técnicos *	
521 Valor nominal		
522 Descontos e prêmios		
.....		
53 Outros instrumentos de capital próprio*		
.....		
54 Prêmios de emissão		
.....		
55 Reservas		
551 Reservas legais		
552 Outras reservas		
.....		
56 Resultados transitados		
57 Ajustamentos em ativos financeiros *	
571 Relacionados com o método da equivalência patrimonial	
5711 Ajustamentos de transição *	
5712 Lucros não atribuídos *	
5713 Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas *	
.....	
579 Outros	
58 Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis *		58 Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis *
581 Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
5811 Antes de imposto sobre o rendimento	
5812 Impostos diferidos	

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNE	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
589 Outros excedentes		
5891 Antes de imposto sobre o rendimento		*****
5892 Impostos diferidos		*****
...		*****
59 Outras variações no capital próprio	59 Outras variações nos fundos patrimoniais *	
591 Diferenças de conversão de demonstrações financeiras *		*****
592 Ajustamentos por impostos diferidos		*****
593 Subsídios *		
5931 Subsídios atribuídos		
5932 Ajustamentos em subsídios		
594 Doações		
...	...	
599 Outras		
6 GASTOS *		
61 Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas		
611 Mercadorias		
612 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
613 Ativos biológicos (compras)*		*****
	614 Materiais de consumo	*****
	6141 Material desportivo	*****
	6142 Medicamentos e artigos de saúde	*****
	6143 Material de representação e propaganda	*****
	6144 ...	*****
62 Fornecimentos e serviços externos		
621 Subcontratos		
622 Serviços especializados		
6221 Trabalhos especializados		*****
6222 Publicidade e propaganda		*****
6223 Vigilância e segurança		*****
6224 Honorários		*****
6225 Comissões		*****
6226 Conservação e reparação		*****
...		*****
6228 Outros		*****
623 Materiais		
6231 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		*****
6232 Livros e documentação técnica		*****
6233 Material de escritório		*****
6234 Artigos para oferta		*****
...		*****
6238 Outros		*****
624 Energia e fluidos		
6241 Eletricidade		*****
6242 Combustíveis		*****
6243 Água		*****

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
---		-----
6248 Outros		-----
625 Deslocações, estadas e transportes		
6251 Deslocações e estadas		-----
6252 Transportes de pessoal		-----
6253 Transportes de mercadorias		-----
---		-----
6258 Outros		-----
626 Serviços diversos		
6261 Rendas e alugueres		-----
6262 Comunicação		-----
6263 Seguros		-----
6264 Royalties		-----
6265 Contencioso e notariado		-----
6266 Despesas de representação		-----
6267 Limpeza, higiene e conforto		-----
6268 Outros serviços		-----
63 Gastos com o pessoal		
631 Remunerações dos órgãos sociais		
632 Remunerações do pessoal		
633 Benefícios pós-emprego		-----
6331 Prémios para pensões *		-----
6332 Outros benefícios		-----
634 Indemnizações		
635 Encargos sobre remunerações		
636 Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais		
637 Gastos de ação social		
638 Outros gastos com o pessoal		
64 Gastos de depreciação e de amortização		
641 Propriedades de investimento		-----
642 Ativos fixos tangíveis		
643 Ativos intangíveis		
65 Perdas por imparidade		
651 Em dívidas a receber		
6511 Clientes		
6512 Outros devedores		
652 Em inventários		
653 Em investimentos financeiros		
654 Em propriedades de investimento		-----
655 Em ativos fixos tangíveis		-----
656 Em ativos intangíveis		-----
657 Em investimentos em curso		-----
658 Em ativos não correntes detidos para venda		-----
66 Perdas por reduções de justo valor		-----
661 Em instrumentos financeiros		-----
662 Em investimentos financeiros		-----

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
663 Em propriedades de investimento		*****
664 Em ativos biológicos		*****
67 Provisões do período *		
671 Impostos		
672 Garantias a clientes		
673 Processos judiciais em curso		
674 Acidentes no trabalho e doenças profissionais		
675 Matérias ambientais		*****
676 Contratos onerosos		*****
677 Reestruturação		*****
678 Outras provisões	678 Provisões específicas do sector *	
	679 Outras provisões	*****
68 Outros gastos		
681 Impostos		
6811		
6812 Impostos indiretos:		
6813 Taxas		
682 Descontos de pronto pagamento concedidos		
683 Dívidas incobráveis *		
684 Perdas em inventários *		
6841 Sinistros		
6842 Quebras		
...		
6848 Outras perdas		
685 Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		*****
6851 Cobertura de prejuízos		*****
6852 Aplicação do método da equivalência patrimonial *		*****
6853 Alienações		*****
...		*****
6858 Outros gastos		*****
686 Gastos nos restantes investimentos financeiros *		
6861 Cobertura de prejuízos		
6862 Alienações		
6863 Diferenças de câmbio desfavoráveis *		
...		
6868 Outros gastos		
687 Gastos em investimentos não financeiros		
6871 Alienações		
6872 Sinistros		
6873 Abates		
6874 Gastos em propriedades de investimento		*****
...		
6878 Outros gastos		
688 Outros		
6881 Correções relativas a períodos anteriores		

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
6882 Donativos		
6883 Quotizações		
6884 Ofertas e amostras de inventários		
6885 Insuficiência da estimativa para impostos		
6886 Perdas em instrumentos financeiros	
6887 Diferenças de câmbio desfavoráveis *		
6888 Outros não especificados		
	689 Gastos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes *
	6891 Subsídios, donativos, bolsas de estudo
	6892 Prestações a associados das mutualidades
	6893 Capitais vencidos — associados das mutualidades
	6894 Prestações dos regimes profissionais complementares
	6895 Rendas vitalícias — associados das mutualidades
	6896 Prestações pecuniárias de cuidados de saúde

	6898 Outros gastos inerentes a associados

69 Gastos de financiamento		
691 Juros suportados		
6911 Juros de financiamentos obtidos		
... ..		
6918 Outros juros		
692 Diferenças de câmbio desfavoráveis		
6921 Relativas a financiamentos obtidos		
... ..		
6928 Outras		
... ..		
698 Outros gastos de financiamento		
6981 Relativas a financiamentos obtidos		
... ..		
6988 Outros		
7 RENDIMENTOS *		
71 Vendas *		
711 Mercadorias		
712 Produtos acabados e intermédios		
713 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulgos		
714 Ativos biológicos	
.....	715 Materiais de consumo	
	7151 Material desportivo
	7152 Medicamentos e artigos de saúde
	7153 Material de representação e propaganda

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
716 IVA das vendas com imposto incluído		
717 Devoluções de vendas		
718 Descontos e abatimentos em vendas		
72 Prestações de serviços *		
721 Serviço A	721 Quotas dos utilizadores	
722 Serviço B	722 Quotizações e joias	
	723 Promoções para captação de recursos	*****
	724 Rendimentos de patrocinadores e colaborações	*****
	...	*****
...		
725 Serviços secundários		
726 IVA dos serviços com imposto incluído		
...		
728 Descontos e abatimentos		
73 Variações nos inventários da produção		
731 Produtos acabados e intermédios		
732 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
733 Produtos e trabalhos em curso		
734 Ativos biológicos		*****
74 Trabalhos para a própria entidade		
741 Ativos fixos tangíveis		
742 Ativos intangíveis		
743 Propriedades de investimento		*****
744 Ativos por gastos diferidos		
...		
75 Subsídios à exploração *	75 Subsídios, doações e legados à exploração *	
751 Subsídios das entidades públicas	751 Subsídios das entidades públicas	
752 Subsídios de outras entidades	752 Subsídios de outras entidades	
	753 Doações e heranças	*****
	754 Legados	*****
	...	*****
76 Reversões		
761 De depreciações e de amortizações		
7611 Propriedades de investimento		*****
7612 Ativos fixos tangíveis		
7613 Ativos intangíveis		
762 De perdas por imparidade		
7621 Em dívidas a receber		
76211 Clientes		
76212 Outros devedores		
7622 Em inventários		
7623 Em investimentos financeiros		
7624 Em propriedades de investimento		*****
7625 Em ativos fixos tangíveis		*****
7626 Em ativos intangíveis		*****

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
7627 Em investimentos em curso		*****
7628 Em ativos não correntes detidos para venda		*****
763 De provisões		
7631 Impostos		
7632 Garantias a clientes		
7633 Processos judiciais em curso		
7634 Acidentes no trabalho e doenças profissionais		
7635 Matérias ambientais		*****
7636 Contratos onerosos		*****
7637 Reestruturação		*****
7638 Outras provisões	7638 Específicas	*****
	7639 Outras provisões	*****
...		*****
77 Ganhos por aumentos de justo valor		*****
771 Em instrumentos financeiros		*****
772 Em investimentos financeiros		*****
773 Em propriedades de investimento		*****
774 Em ativos biológicos		*****
78 Outros rendimentos		
781 Rendimentos suplementares		
7811 Serviços sociais		*****
7812 Aluguer de equipamento		*****
7813 Estudos, projetos e assistência tecnológica		*****
7814 Royalties		*****
7815 Desempenho de cargos sociais noutras empresas		*****
7816 Outros rendimentos suplementares		*****
782 Descontos de pronto pagamento obtidos		
783 Recuperação de dívidas a receber		
784 Ganhos em inventários		
7841 Sinistros		
7842 Solras		
...		
7848 Outros ganhos		
785 Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		*****
7851 Aplicação do método da equivalência patrimonial *		*****
7852 Alienações		*****
...		*****
7858 Outros rendimentos		*****
786 Rendimentos nos restantes ativos financeiros		
7861 Diferenças de câmbio favoráveis		
7862 Alienações		
...		
7868 Outros rendimentos		
787 Rendimentos em investimentos não financeiros		

Base	Ajustamentos ao Código de Contas para as ESNL	Ajustamentos ao Código de Contas para as ME
7871 Alienações		
7872 Sinistros		
7873 Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		*****
....		
7878 Outros rendimentos		
788 Outros		
7881 Correções relativas a períodos anteriores		
7882 Excesso da estimativa para impostos		
7883 Imputação de subsídios para investimentos		
7884 Ganhos em outros instrumentos financeiros		*****
7885 Restituição de impostos		
....		
7887 Diferenças de câmbio favoráveis *		
7888 Outros não especificados		
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
791 Juros obtidos		
7911 De depósitos		
7912 De outras aplicações de meios financeiros líquidos		*****
7913 De financiamentos concedidos a associadas e empreendimentos conjuntos		*****
7914 De financiamentos concedidos a subsidiárias		*****
7915 De financiamentos obtidos		
....		
7918 De outros financiamentos concedidos		7918 Outros
792 Dividendos obtidos		
7921 De aplicações de meios financeiros líquidos		*****
7922 De associadas e empreendimentos conjuntos		*****
7923 De subsidiárias		*****
....		*****
7928 Outras		*****
793 Diferenças de câmbio favoráveis *		
....		
798 Outros rendimentos similares		
....		
8 RESULTADOS *		
81 Resultado líquido do período		
811 Resultado antes de impostos *		
812 Imposto sobre o rendimento do período		
8121 Imposto estimado para o período *		
8122 Imposto diferido		*****
....		
818 Resultado líquido		
....		
89 Dividendos antecipados		